

Ampla Energia e Serviços S.A.

CNPJ: 33.050.071/0001-58

Formulário de Informações Trimestrais - ITR
em 30 de setembro de 2022

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	30.09.2022	31.12.2021
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	92.705	240.971
Títulos e valores mobiliários	6	125.411	116.718
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	7	1.811.606	2.039.645
Ativo financeiro setorial	10	144.192	307.903
Créditos a receber - subvenção e outros	8	61.143	95.367
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	9	260.264	221.647
Outros tributos compensáveis	9	571.963	588.234
Serviços em curso		54.520	47.816
Instrumentos financeiros derivativos	29	8.572	18.141
Outros créditos		194.031	167.387
Total do ativo circulante		3.324.407	3.843.829
<u>Ativo não circulante</u>			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	7	248.602	56.989
Ativo financeiro setorial	10	-	98.958
Depósitos vinculados	22	222.247	261.823
Outros tributos compensáveis	9	2.826.402	2.881.905
Tributos diferidos	28	524.851	268.169
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	40.109
Ativo indenizável (concessão)	11	6.236.347	5.287.315
Ativos contratuais	14	759.549	956.056
Imobilizado	12	125.573	106.659
Intangível	13	2.468.822	2.426.651
Total do ativo não circulante		13.412.393	12.384.634
Total do ativo		16.736.800	16.228.463

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	30.09.2022	31.12.2021
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	15	1.200.358	1.358.499
Empréstimos e financiamentos	18	3.179.382	3.103.069
Obrigações por arrendamentos		14.717	18.358
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	17	412.285	436.501
Salários, provisões e encargos sociais		66.466	65.536
Outras obrigações fiscais	16	96.569	191.988
Encargos setoriais	19	103.872	82.687
Dividendos a pagar		77.771	77.771
Provisões para processos judiciais e outros riscos	22	-	486
Instrumentos financeiros derivativos	29	464.464	59.340
Outras obrigações		103.920	197.542
Total do passivo circulante		5.719.804	5.591.777
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	18	1.828.347	2.872.962
Obrigações por arrendamentos		23.296	23.161
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	17	2.987.264	2.814.422
Outras obrigações fiscais	16	-	140.571
Passivo financeiro setorial	10	87.842	-
Encargos setoriais	19	32.694	43.305
Instrumentos financeiros derivativos	29	246.579	13.976
Obrigações com benefícios pós-emprego	21	307.335	348.582
Provisões para processos judiciais e outros riscos	22	752.338	661.898
Outras obrigações		1.401	4.846
Total do passivo não circulante		6.267.096	6.923.723
<u>Patrimônio líquido</u>	23		
Capital social		3.804.048	2.498.230
Reservas de capital		23.254	23.254
Reservas de lucros		1.218.709	1.218.709
Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação		(84.346)	(27.230)
Prejuízo do período		(211.765)	-
Total do patrimônio líquido		4.749.900	3.712.963
Total do passivo e do patrimônio líquido		16.736.800	16.228.463

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Notas	Reapresentado			
		01.07.2022 a 30.09.2022	01.01.2022 a 30.09.2022	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021
Receita líquida	25	1.795.737	5.726.200	2.491.569	6.252.467
Custo do serviço		(1.662.342)	(4.885.135)	(2.165.387)	(5.335.526)
Lucro bruto		133.395	841.065	326.182	916.941
Despesas operacionais	26				
Despesas com vendas		(6.645)	(16.290)	(4.734)	(11.802)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(19.326)	(330.911)	(184.444)	(505.528)
Despesas gerais e administrativas		(117.342)	(269.717)	(61.316)	(161.655)
Outras receitas operacionais		18.430	71.437	12.924	15.405
Total (despesas) receitas operacionais		(124.883)	(545.481)	(237.570)	(663.580)
Resultado do serviço público de energia elétrica		8.512	295.584	88.612	253.361
Resultado financeiro	27				
Receitas financeiras		115.410	604.335	257.844	909.901
Despesas financeiras		(361.772)	(1.213.756)	(357.751)	(1.158.009)
Total do resultado financeiro		(246.362)	(609.421)	(99.907)	(248.108)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(237.850)	(313.837)	(11.295)	5.253
Imposto de renda e contribuição social correntes		(4.798)	(125.186)	17.893	(100.928)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	83.380	227.258	(17.329)	69.218
		78.582	102.072	564	(31.710)
Prejuízo líquido do período		(159.268)	(211.765)	(10.731)	(26.457)
Prejuízo por ação - básico e diluído (em reais por ação)	24	(0,66304)	(0,95033)	(0,06440)	(0,15877)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	01.07.2022 a 30.09.2022	01.01.2022 a 30.09.2022	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021
Prejuízo líquido do período	(159.268)	(211.765)	(10.731)	(26.457)
Outros resultados abrangentes:				
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado				
Ganho (perda) atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	-	(15.589)	-	112.241
Tributos diferidos sobre ganho (perda) atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	-	5.300	-	(38.162)
	-	(10.289)	-	74.079
Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado				
Perda em instrumentos financeiros derivativos	(16.241)	(70.950)	(16.839)	(20.291)
Tributos diferidos sobre perda em instrumentos financeiros derivativos	5.522	24.123	5.725	6.899
	(10.719)	(46.827)	(11.114)	(13.392)
Total de outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	(169.987)	(268.881)	(21.845)	34.230

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	(-) a integralizar	Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
			Reserva De ágio	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Legal	Reforço de capital de giro			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.498.230	-	2.308	20.946	138.350	929.990	-	1.411	3.591.235
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	(26.457)	-	(26.457)
Ganho atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	112.241	112.241
Tributos diferidos s/ ganho de obrigações com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	(38.162)	(38.162)
Perda em instrumento financeiro derivativo	-	-	-	-	-	-	-	(20.291)	(20.291)
Tributos diferidos s/ perda em instrumento financeiro derivativo	-	-	-	-	-	-	-	6.899	6.899
Saldos em 30 de setembro de 2021	2.498.230	-	2.308	20.946	138.350	929.990	(26.457)	62.098	3.625.465
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.498.230	-	2.308	20.946	142.520	1.076.189	-	(27.230)	3.712.963
Aumento de capital	1.640.818	(335.000)	-	-	-	-	-	-	1.305.818
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	(211.765)	-	(211.765)
Perda atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	(15.589)	(15.589)
Tributos diferidos s/ perda de obrigações com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	5.300	5.300
Perda em instrumento financeiro derivativo	-	-	-	-	-	-	-	(70.950)	(70.950)
Tributos diferidos s/ perda em instrumento financeiro derivativo	-	-	-	-	-	-	-	24.123	24.123
Saldos em 30 de setembro de 2022	4.139.048	(335.000)	2.308	20.946	142.520	1.076.189	(211.765)	(84.346)	4.749.900

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	30.09.2022	30.09.2021
Atividades operacionais:		
Prejuízo líquido do período	(211.765)	(26.457)
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	220.868	385.806
Perda de recebíveis de clientes	110.043	119.722
Depreciação e amortização	423.898	367.365
Juros e variações monetárias	(70.426)	302.321
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	746.246	(67.192)
Ativos e passivos financeiros setoriais	(58.312)	(16.751)
Atualização do ativo financeiro da concessão	(179.339)	(309.888)
Valor residual de intangível e imobilizado	36.693	-
Tributos e contribuições sociais diferidos	(227.258)	(69.218)
Provisões para processos judiciais e outros riscos	101.860	68.125
Obrigações com benefício pós-emprego	20.609	29.935
Redução (aumento) dos ativos:		
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(294.485)	(576.664)
Subvenção CDE - desconto tarifário	30.525	10.090
Ativo financeiro setorial	320.981	(226.550)
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	218.551	(70.434)
Outros tributos compensáveis	(184.908)	(3.289.114)
Depósitos vinculados	39.576	(4.748)
Serviços em curso	(6.704)	(7.554)
Outros créditos	(26.644)	(60.661)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	(158.141)	437.714
Salários, provisões e encargos sociais	930	(300)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(487)	-
Outras obrigações fiscais	(65.761)	163.168
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	148.626	3.229.729
Passivo financeiro setorial	87.842	(365.139)
Encargos setoriais	8.371	35.471
Outras obrigações	(97.068)	(35.774)
	934.321	23.002
Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	(77.445)	(104.625)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(170.229)	(150.014)
Pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures, deduzidos do juros capital	(63.012)	(88.900)
Recebimentos (pagamentos) de juros de instrumento financeiro derivativo	(129.790)	1.831
Pagamentos de processos judiciais e outros riscos	(130.950)	(96.094)
Pagamentos de juros de arrendamento	(3.134)	(1.958)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	359.761	(416.758)
Atividades de investimentos:		
Adições para ativos contratuais e imobilizado	(1.086.411)	(832.559)
Títulos e valores mobiliários	(8.693)	14.827
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(1.095.104)	(817.732)
Atividades de financiamentos:		
Aumento de capital	1.305.818	-
Captação de empréstimos e financiamentos	180.880	1.911.531
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(888.674)	(1.200.161)
Pagamentos de arrendamento (principal)	(10.947)	(7.402)
Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)	-	362.881
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	587.077	1.066.849
Variação no caixa líquido da Companhia	(148.266)	(167.641)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	240.971	566.686
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	92.705	399.045

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

		Reapresentado
	30.09.2022	30.09.2021
1. Receitas	9.260.467	9.461.289
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	9.481.335	9.847.095
Fornecimento de energia elétrica	8.341.703	9.006.606
Outras receitas	71.437	15.405
Receita relativa à construção de ativos próprios	1.068.195	825.084
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(220.868)	(385.806)
2. Insumos adquiridos de terceiros	(4.987.426)	(5.493.660)
Materiais	(457.208)	(344.351)
Outros custos operacionais	(325.234)	(269.229)
Custo da energia comprada e transmissão	(3.158.993)	(4.016.751)
Serviços de terceiros	(1.045.991)	(863.329)
3. Valor adicionado bruto	4.273.041	3.967.629
4. Retenções	(423.899)	(367.363)
Depreciação e amortização	(423.899)	(367.363)
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade	3.849.142	3.600.266
6. Valor adicionado recebido em transferência	604.335	909.901
Receitas financeiras	604.335	909.901
7. Valor adicionado total a distribuir	4.453.477	4.510.167
8. Distribuição do valor adicionado	4.453.477	4.510.167
Empregados (Colaboradores)	153.243	148.400
Remunerações	102.404	83.813
FGTS	4.710	4.470
Outros encargos sociais	7.028	6.377
Previdência privada	6.021	5.845
Auxílio-alimentação	12.816	8.795
Convênio assistencial e outros benefícios	8.221	21.066
Participação nos resultados	12.043	18.034
Tributos (Governo)	3.298.346	3.226.507
Federais	155.956	339.342
Imposto de renda e contribuição social	(102.072)	31.710
COFINS	193.971	237.905
PIS	42.113	51.649
INSS	21.944	18.078
Estaduais	1.884.944	1.886.649
ICMS	1.884.944	1.886.649
Municipais	6.994	5.518
ISS	3.510	3.663
IPTU	1.355	1.653
Outros	2.129	202
Encargos setoriais	1.250.452	994.998
CDE - Conta de desenvolvimento energético	859.007	602.423
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	44.339	50.715
Encargos do consumidor - CCRBT	339.896	335.220
Taxa de fiscalização - ANEEL	7.210	6.640
Remuneração de capitais de terceiros	1.213.653	1.161.717
Juros	1.213.756	1.158.009
Aluguéis	(103)	3.708
Remuneração de capitais próprios	(211.765)	(26.457)
Prejuízo absorvido	(211.765)	(26.457)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

1. Contexto operacional

A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Companhia”, “Ampla” ou “Enel Distribuição Rio”), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com registro de Companhia aberta categoria “A”, com sede no município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália), é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A sede da Companhia está localizada na Avenida Oscar Niemeyer nº 2000, Bloco 01, Sala 701, Santo Cristo, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – Brasil. Tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 no Estado do Rio de Janeiro e 1 no Estado de Minas Gerais, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, com vencimento em dezembro de 2026. Em 14 de março de 2017, a Companhia assinou o 6º aditivo ao contrato de concessão que incluiu novas cláusulas econômicas e de gestão, obrigações de melhoria da qualidade e de sustentabilidade econômico-financeira bem como alterou o nível regulatório de perdas não técnicas.

1.1 Medidas para o setor elétrico

Como resposta à pandemia (COVID-19), a ANEEL adotou algumas medidas temporárias adicionais a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio de nova resolução normativa publicada em março de 2021 (REN 928/2021, que foi prorrogada pela REN 936/2021). Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores baixa renda; que utilizem equipamentos necessários à vida; instalações associadas aos sistemas de saúde; e infraestrutura relacionada a vacinação, armazenamento de vacinas, atendimento médico-hospitalar, (ii) suspensão do prazo nonagesimal para corte por inadimplência para todos usuários e do descadastramento dos consumidores baixa renda, exceto para aqueles que não atendem os critérios; (iii) suspensão do pagamento de compensações DIC/FIC/DMIC e conformidade de tensão desde que estes pagamentos tivessem sido honrados até dezembro de 2021 com atualização; e (iv) ações específicas para o caso de adoção de medidas restritivas de combate à Covid-19 por autoridades competentes locais. Tais medidas vigoraram até 30 de setembro de 2021.

Por meio da Resolução nº 2/2021, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional aos clientes dos grupos A e B, com algumas exceções. O programa concede um bônus em fatura, no valor de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) para cada 1kWh em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10%, limitado a 20%, apurada de forma cumulativa nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021 em comparação às faturas de setembro a dezembro de 2020. A bonificação foi concedida nas faturas a partir de janeiro de 2022 e os créditos concedidos em fatura, estão sendo recuperados por meio do encargo destinado à cobertura dos custos do serviço do sistema, sem prejuízo financeiro para a Companhia. Para atendimento à resolução e ao ofício circular nº 4/2021 da ANEEL, a Companhia apurou o montante de R\$ 86.929, concedido desde 2 de janeiro de 2022, de acordo com os lotes de faturamento. Sendo que do total concedido de desconto, a Companhia possui saldo a recuperar, de R\$ 5.603 – vide nota explicativa nº 8.

Em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da bandeira escassez hídrica a ser aplicada aos clientes cativos exceto os clientes baixa renda que continuariam a terem os valores de bandeira dentre os patamares já conhecidos. A bandeira escassez hídrica teve vigência de 01 de setembro de 2021 a 15 de abril de 2022, pela qual a tarifa foi acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

1.2 Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020 e o Decreto nº 10.350/2020, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 em 16 de dezembro de 2020 para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 23 de novembro de 2021, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL, o resultado da consulta pública 035/2020. Por meio da resolução nº 952/2021, foi estabelecido os critérios para ressarcimento aos consumidores, dos custos acessórios incorridos nas operações de crédito relativas à Conta-Covid. As distribuidoras deverão arcar com os custos acessórios do CDI e do spread financeiro para a parte do empréstimo lastreado na CVA em amortização e na Parcela B. O montante apurado pela Companhia, referente a tais custos acessórios foi de R\$ 5.982, o qual foi registrado como passivo financeiro setorial e será repassado aos consumidores no próximo ciclo tarifário, a partir do ciclo 2022 março de 2022 - vide nota explicativa nº 10 - Valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros.

Na mesma Resolução, a ANEEL aprovou as regras para avaliação de pedidos de reequilíbrio econômico em decorrência dos impactos decorrentes da pandemia. Conforme tal norma, são itens passíveis de reequilíbrio a queda de faturamento devido à redução de mercado e a perda de arrecadação resultante do aumento de inadimplência. Ademais foram definidas a metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia e os critérios para ressarcimento aos consumidores dos custos associados à operação da Conta-Covid em 2020. Os pedidos de reequilíbrio deveriam ser realizados em até 60 dias da publicação dos resultados da projeção de receitas irreversíveis, ocorrida conforme o Despacho nº 663/2022. Em 10 de março de 2022, a Companhia protocolou pedido de reequilíbrio econômico à ANEEL, em função de situação extraordinária decorrente de lei estadual que impediu os cortes de energia em 2020 e 2021 e provocou aumento no nível de inadimplência.

Em 13 de dezembro de 2021, o Governo Federal publicou a medida provisória nº 1.078, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez hídrica, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo. O Decreto nº 10.939/2021, foi publicado no dia 13 de janeiro de 2022 com a regulamentação da referida medida provisória. O financiamento será gerido pela CCEE por meio da “Conta Escassez Hídrica”, sendo que a ANEEL homologará os valores a serem pagos pela referida conta, a cada distribuidora. O referido empréstimo será pago pelos consumidores (clientes cativos e clientes que tenham comunicado a sua migração ao ambiente livre a partir de 13 de dezembro de 2021) por meio da conta de energia.

Já a Resolução Normativa ANEEL nº 1.008, de 15 de março de 2022, estabeleceu os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nessa resolução, também foram estabelecidos os limites de empréstimo para cada concessionária, estes foram atualizados pelas Resoluções Normativas nº 1.010, de 29 de março de 2022 e nº 1.019, de 19 de abril de 2022. Os recursos da conta de escassez hídrica foram recebidos em parcela única em 09 de maio de 2022 no montante de R\$ 189.908, e foram contabilizados contra os saldos de passivos setoriais – vide nota explicativa nº 10. O pagamento do empréstimo aos bancos será feito através de cobrança tarifária no prazo de 54 meses, a partir dos processos tarifários de 2023.

2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras

Base de preparação**2.1 Declaração de conformidade**

As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim a apresentação dessas informações estão condizentes com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, emitidas em 22 de fevereiro de 2022 (última demonstração contábil anual). As informações financeiras intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Contudo, as informações financeiras intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Companhia desde a sua última demonstração financeira anual.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Companhia, sempre que aplicável, se utiliza das orientações e requerimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Diretoria em 25 de outubro de 2022.

2.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do período. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3 Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.4 Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Embora a Companhia atue em dois estados diferentes (Estado do Rio de Janeiro e Minas gerais), possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (Distribuição de Energia Elétrica), a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

2.5 Reclassificação de saldos comparativos

A Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu aos seguintes ajustes e reclassificações nas suas demonstrações do resultado e do valor adicionado de 30 de setembro de 2021, originalmente autorizadas em 25 de outubro de 2021 conforme demonstrado a seguir, seguindo as orientações emanadas pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:

(a) A Companhia revisou suas práticas contábeis e concluiu que a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão, originalmente apresentada sob a rubrica de “Receita Financeira”, no resultado financeiro, poderia ser melhor classificada no grupo de receitas operacionais, alinhando sua política com a de distribuidora do mesmo grupo econômico, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica. Trata-se nesse caso, de uma mudança de política contábil e não de correção ou retificação de erro. Tal conclusão está suportada pelos seguintes elementos:

- O retorno dos negócios de distribuição, sobre o investimento em infraestrutura, é determinado pelo valor justo dessa infraestrutura mais a taxa de “WACC”.
- Investir em infraestrutura é a atividade precípua de seu negócio, e o seu modelo de gestão está suportado em controlar a construção, manutenção e operação dessa infraestrutura;
- As receitas tarifárias representam tanto o retorno do ativo intangível quanto uma parte do retorno do ativo financeiro, pelo fato de esses dois ativos contábeis integrarem a base regulatória de remuneração. E as receitas tarifárias estão totalmente registradas como parte da “Receita Operacional Líquida”;
- A mudança dessa política contábil não implica em dizer que a política contábil anterior estaria inadequada, uma vez que a norma permite as duas interpretações. A Companhia entende que a nova política é um aprimoramento e permite melhor refletir a essência econômica dos contratos de distribuição de energia elétrica, bem como o pleno alinhamento de política contábil para o segmento de distribuição do Grupo Enel.
- A maioria das companhias de distribuição de energia elétrica no Brasil adota essa mesma forma de apresentação, agora implementada pela Companhia, proporcionando uma melhor comparabilidade das demonstrações financeiras entre as empresas do setor.

A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 – Contrato de Concessão. O impacto deste assunto no período findo em 30 de setembro de 2021 é uma reclassificação de R\$ 309.888 da receita financeira para o resultado operacional (nota explicativa nº 26), sem efeito líquido na DRE.

(b) Reclassificação dos Encargos do consumidor (CCRBT), para “Deduções da receita”, anteriormente apresentados como “Fornecimento de energia elétrica”. O impacto no período findo em 30 de setembro de 2021 é uma reclassificação de R\$ 335.220 da linha de Encargos do consumidor – CCRBT para Fornecimento de energia elétrica na Demonstração do Valor Adicionado, sem efeito líquido no lucro/prejuízo absorvido.

As mudanças efetuadas não alteram o total dos ativos, passivos e do patrimônio líquido. As alterações na DRE e DVA dos itens (a) e (b) anteriormente descritos, estão demonstrados a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



30.09.2021			
Originalmente apresentado	Ref.	Reclassificação	Reapresentado
Receita líquida	(a)	309.888	6.252.467
Custo do serviço		-	(5.335.526)
Lucro bruto		309.888	916.941
Total (despesas) receitas operacionais		-	(663.580)
Resultado do serviço público de energia elétrica		309.888	253.361
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	(a)	(309.888)	909.901
Despesas financeiras		-	(1.158.009)
Total do resultado financeiro		(309.888)	(248.108)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		-	5.253
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	(100.928)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	69.218
		-	(31.710)
Prejuízo líquido do exercício		-	(26.457)

30.09.2021			
Originalmente apresentado	Ref.	Reclassificação	Reapresentado
1. Receitas		645.108	9.461.289
Receita bruta de venda de energia e outras receitas		645.108	9.847.095
Fornecimento de energia elétrica	(a) (b)	645.108	9.006.606
Outras receitas		-	15.405
Receita relativa à construção de ativos próprios		-	825.084
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida		-	(385.806)
2. Insumos adquiridos de terceiros		-	(5.493.660)
3. Valor adicionado bruto		645.108	3.967.629
4. Retenções		-	(367.363)
Depreciação e amortização		-	(367.363)
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade		645.108	3.600.266
6. Valor adicionado recebido em transferência	(a)	(309.888)	909.901
7. Valor adicionado total a distribuir		335.220	4.510.167
8. Distribuição do valor adicionado		335.220	4.510.167
Empregados (Colaboradores)		-	148.400
Tributos (Governo)		335.220	3.226.507
Encargos setoriais		335.220	994.998
CDE - Conta de desenvolvimento energético		-	602.423
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE		-	50.715
Encargos do consumidor - CCRBT	(b)	335.220	335.220
Taxa de fiscalização - ANEEL		-	6.640
Remuneração de capitais de terceiros		-	1.161.717
Prejuízo absorvido		-	(26.457)

3. Principais políticas contábeis e estimativas

As principais mudanças nas políticas contábeis para o período findo em 30 de setembro de 2022 estão demonstradas a seguir:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em:
CPC 27 – Imobilizado	Prover <i>guidance</i> para a contabilização de transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
Melhorias anuais às IFRS Ciclo 2018 - 2020	Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022

4. Reajuste / revisão tarifária

4.1 Reajuste tarifário anual

A ANEEL, em reunião pública de sua diretoria realizada em 15 de março de 2022, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2022 da Companhia, aplicado nas tarifas a partir de 15 de março de 2022. A ANEEL aprovou um reajuste de +11,98% composto por (i) reajuste econômico de +11,02%, sendo +7,56% de Parcela A, +3,46% de Parcela B e (ii) componente financeiro de +0,96%. Considerando o componente financeiro considerado no último processo tarifário de +4,89%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +16,86%.

O reajuste tarifário médio de +16,86% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, sendo +15,38% e +17,39% para alta e baixa tensão, respectivamente.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário 2022	
Encargos Setoriais	6,37%
Energia Comprada	1,56%
Encargos de Transmissão	-1,33%
Receita Irrecuperável	0,96%
Parcela A	7,56%
Parcela B	3,46%
Reajuste Econômico	11,02%
CVA Total	12,97%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	-12,01%
Reajuste Financeiro	0,96%
Índice de Reajuste Total	11,98%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	4,88%
Efeito Para o Consumidor	16,86%

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o Reajuste Tarifário, tiveram os seguintes impactos:

(i) Parcela A: Reajustada em +10,9%, representando +7,56% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

- Encargos setoriais - aumento de +39,1%, representando +6,38% no reajuste econômico em função, principalmente, da elevação devido à Conta de Desenvolvimento Energético sobre a COVID-19 (“CDE COVID”) e o orçamento da CDE Uso para o ano de 2022, além dos encargos de serviço do sistema (“ESS”) e PROINFA devido à escassez hídrica;
- Energia comprada - aumento de +4,0%, decorrente principalmente da elevação dos montantes de energia nova e de fontes alternativas dos Contratos de Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR. O aumento do custo da compra de energia representa +1,56% no reajuste econômico;
- Encargos de transmissão - queda de -9,9% decorrente principalmente de novas tarifas e novas Receitas Anuais Permitidas da Rede Básica em relação ao ciclo anterior e queda dos valores com transporte de Itaipu, representando -1,33% no reajuste econômico;
- Receitas Irrecuperáveis - aumento de +92,1% decorrente dos novos valores em relação ao ciclo anterior. Este item representou +0,96% no reajuste econômico.

(ii) Parcela B: Reajustada em +11,3%, representando uma participação de +3,46% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IPCA de 10,54%, no período de 12 meses findos em fevereiro de 2022; e
- Fator X de -0,62%, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de -0,10%;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,52%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de 0,00%, previamente definido na 4ªRTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia.

(iii) Componentes financeiros: Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante positivo de R\$ 62.190, dentre os quais destacam-se: R\$ 843.007 positivos, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”); neutralidade de encargos setoriais positivo de R\$ 48.903; sobrecontratação negativa de R\$ 135.264; diferimentos devido à escassez hídrica negativo de R\$ 348.059; e, previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 172.031.

4.2 Revisão tarifária extraordinária - RTE

A ANEEL, em reunião pública de sua diretoria realizada em 12 de julho de 2022, deliberou sobre a revisão tarifária extraordinária de 2022 da Companhia, aplicado nas tarifas a partir de 13 de julho de 2022. A ANEEL aprovou um reajuste de +7,25% composto por (i) reajuste econômico de +10,89%, sendo +7,43% de Parcela A, +3,46% de Parcela B e (ii) componente financeiro de -3,64%. Considerando o componente financeiro considerado no último processo tarifário de -11,47%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de -4,22%.

O reajuste tarifário médio de -4,22% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, sendo -3,86% e -4,34% para alta e baixa tensão, respectivamente.

O índice é composto pelos seguintes itens:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Reajuste Tarifário Extraordinário 2022	
Encargos Setoriais	6,33%
Custos de transmissão	-1,33%
Custos de aquisição de energia	1,55%
Receita Irrecuperável	0,88%
Parcela A	7,43%
Parcela B	3,46%
Reajuste Econômico	10,89%
CVA Total	12,96%
Financeiro de bandeira escassez hídrica	-5,35%
Crédito Pis/Cofins	-8,16%
Previsão risco hidrológico	2,64%
Reversão risco hidrológico	-2,51%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	-3,22%
Reajuste Financeiro	-3,64%
Índice de Reajuste Total	7,25%
Efeito da retirada dos componentes financeiros do processo anterior	-11,47%
Efeito Para o Consumidor	-4,22%

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o Reajuste Tarifário, tiveram os seguintes impactos:

(i) **Parcela A:** Reajustada em +11,0%, representando +7,43% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

- Encargos setoriais - aumento de +38,9%, representando +6,33% no reajuste econômico em função, principalmente, da elevação devido à Conta de Desenvolvimento Energético sobre a COVID-19 ("CDE COVID") e o orçamento da CDE Uso para o ano de 2022, além dos encargos de serviço do sistema ("ESS") e PROINFA devido à escassez hídrica;
- Energia comprada - aumento de +4,0%, decorrente principalmente da elevação dos montantes de energia nova e de fontes alternativas dos Contratos de Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR. O aumento do custo da compra de energia representa +1,56% no reajuste econômico;
- Encargos de transmissão - queda de -9,9% decorrente principalmente de novas tarifas e novas Receitas Anuais Permitidas da Rede Básica em relação ao ciclo anterior e queda dos valores com transporte de Itaipu, representando -1,33% no reajuste econômico;
- Receitas Irrecuperáveis - aumento de +84,5% decorrente dos novos valores em relação ao ciclo anterior. Este item representou +0,88% no reajuste econômico.

(i) **Parcela B:** Reajustada em +11,3%, representando uma participação de +3,46% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IPCA de 10,54%, no período de 12 meses findos em fevereiro de 2022; e
- Fator X de -0,62%, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de -0,10%;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,52%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de 0,00%, previamente definido na 4ªRTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia.

(ii) **Componentes financeiros:** Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante positivo de R\$ 236.400, dentre os quais destacam-se: R\$ 792.254 positivos, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"); neutralidade de encargos setoriais positivo de R\$ 42.699; sobrecontratação negativa de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



R\$ 135.264; diferimentos devido à escassez hídrica negativo de R\$ 132.692; e, previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 172.031.

Em 04 de Agosto de 2022 a Diretoria Geral da ANEEL publicou Despacho nº 2.104, suspendendo a revisão extraordinária da Companhia, devido à decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 1044601-25.2022.4.01.3400, em trâmite perante a 13ª Vara Federal do Distrito Federal.

A Companhia impugnou pedido de liminar suspendendo à revisão extraordinária, pois até então à ANEEL ainda não julgou o pedido de revisão extraordinária devido aos efeitos ocorridos durante à pandemia da COVID-19. Com isso, o reajuste tarifário médio percebido pelos consumidores é de 16,86% conforme deliberado em 15 de março de 2022 (nota explicativa nº 4.1).

Bandeira tarifária

O período de nove meses de 2022 foi marcado pela recuperação dos níveis de reservatórios hidráulicos, assim a ANEEL não publicou o acionamento da bandeira para os consumidores de baixa renda. Foi mantida a bandeira escassez hídrica de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) para os demais consumidores, até o dia 15 de abril de 2022. Desde 16 de abril de 2022, a bandeira tarifária vigente é a verde.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	30.09.2022	31.12.2021
Caixa e contas correntes bancárias	10.259	5.771
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	17.782	32.080
Operações compromissadas	62.941	195.695
	80.723	227.775
Fundos não exclusivos		
Fundos de investimentos abertos (i)	1.723	7.425
Total de fundos de investimento não exclusivos	1.723	7.425
Total	92.705	240.971

- (i) Fundos de investimento aberto vinculado às aplicações automáticas dos saldos excedentes de caixa, o qual apresentam liquidez imediata.

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e curva da taxa CDI mensal.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



6. Títulos e valores mobiliários

	30.09.2022	31.12.2021
Fundos de investimentos não exclusivos	108.589	96.551
Fundos de investimentos exclusivos	16.822	20.167
Títulos públicos	12.945	11.424
LF - Letra Financeira	3.877	8.743
Total	125.411	116.718

Fundo exclusivo das Empresas do grupo Enel, na qual a Companhia é uma das cotistas e apresenta 37,49% de representatividade sobre o total do mesmo, em 30 de setembro de 2022 (22,88% em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundos de investimento não exclusivos, administrados por *Asset* de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI.

Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação no encerramento do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022.

7. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

A composição do saldo de consumidores e outras contas a receber é como segue:

	A vencer	Vencidos					Total	PECLD	Total Líquido
		até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			
Classes de consumidores:									
Residencial	176.739	191.908	48.610	135.486	267.558	1.028.097	1.848.398	(1.247.681)	600.717
Industrial	21.575	4.788	739	2.259	3.858	30.608	63.827	(34.496)	29.331
Comercial	65.305	32.427	8.080	26.333	33.674	166.434	332.253	(157.808)	174.445
Rural	5.395	6.424	1.089	2.646	4.824	12.642	33.020	(14.353)	18.667
Poder público	40.410	14.435	3.924	9.540	14.800	74.113	157.222	(19.271)	137.951
Iluminação pública	33.121	10.247	7.875	33.204	41.192	95.216	220.855	(54.705)	166.150
Serviço público	25.562	2.324	809	2.371	1.586	2.216	34.868	(1.621)	33.247
Fornecimento faturado	368.107	262.553	71.126	211.839	367.492	1.409.326	2.690.443	(1.529.935)	1.160.508
Receita não faturada	462.126	-	-	-	-	-	462.126	(11.225)	450.901
Parcelamento de débitos	427.587	-	-	-	-	-	427.587	(13.558)	414.029
Venda de Energia Excedente - MVE	6.060	-	-	-	-	-	6.060	-	6.060
Compartilhamento - uso mútuo	2.584	4.819	1.789	8.051	21.543	32.211	70.997	(45.946)	25.051
Agente de cobrança da iluminação pública	2.168	580	850	2.091	3.431	4.283	13.403	(9.744)	3.659
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	-	-	-	4.136	4.136	(4.136)	-
Subtotal	1.268.632	267.952	73.765	221.981	392.466	1.449.956	3.674.752	(1.614.544)	2.060.208
								Circulante	1.811.606
								Não circulante	248.602

	A vencer	Vencidos					Total	PECLD	Total Líquido
		até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			
Classes de consumidores:									
Residencial	226.246	265.052	52.432	140.661	312.342	842.105	1.838.838	(1.053.454)	785.384
Industrial	27.275	9.419	4.229	3.488	4.159	35.915	84.485	(19.683)	64.802
Comercial	85.254	49.689	9.208	25.930	45.455	147.011	362.547	(226.375)	136.172
Rural	7.223	9.218	1.082	2.597	4.331	9.998	34.449	(12.813)	21.636
Poder público	42.138	16.573	1.674	7.750	12.498	84.744	165.377	(16.923)	148.454
Iluminação pública	50.513	22.743	5.537	16.461	20.631	89.949	205.834	(5.631)	200.203
Serviço público	28.328	1.403	298	1.122	956	3.661	35.768	(5.333)	30.435
Fornecimento faturado	466.977	374.097	74.460	198.009	400.372	1.213.383	2.727.298	(1.340.212)	1.387.086
Receita não faturada	465.962	-	-	-	-	-	465.962	(12.437)	453.525
Parcelamento de débitos	211.857	-	-	-	-	-	211.857	(6.157)	205.700
Venda de Energia Excedente - MVE	3.671	-	-	-	-	-	3.671	-	3.671
Compartilhamento - uso mútuo	10.948	12.748	2.366	11.469	9.396	16.519	63.446	(20.223)	43.223
Agente de cobrança da iluminação pública	2.487	1.012	-	851	1.458	2.281	8.089	(4.660)	3.429
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	-	-	-	4.136	4.136	(4.136)	-
Subtotal	1.161.902	387.857	76.826	210.329	411.226	1.236.319	3.484.459	(1.387.825)	2.096.634
								Circulante	2.039.645
								Não circulante	56.989

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Rubricas de origem	31.12.2021	Provisões	Perda	30.09.2022
Consumidores e outras contas a receber	(1.387.825)	(336.762)	110.043	(1.614.544)
Outros ativos	(25.700)	5.851	-	(19.849)
	<u>(1.413.525)</u>	<u>(330.911)</u>	<u>110.043</u>	<u>(1.634.393)</u>
Circulante	(1.409.389)			(1.630.257)
Não Circulante	(4.136)			(4.136)
Total	<u>(1.413.525)</u>			<u>(1.634.393)</u>

Rubricas de origem	31.12.2020	Provisões	Perda	30.09.2021
Consumidores e outras contas a receber	(1.020.330)	(503.883)	119.722	(1.404.491)
Outros ativos	(23.529)	(1.645)	-	(25.174)
	<u>(1.043.859)</u>	<u>(505.528)</u>	<u>119.722</u>	<u>(1.429.665)</u>
Circulante	(1.038.494)			(1.425.529)
Não Circulante	(5.365)			(4.136)
Total	<u>(1.043.859)</u>			<u>(1.429.665)</u>

A Companhia com o objetivo de melhor refletir a provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") avalia constantemente o ambiente econômico das regiões onde atua e revisa as estratégias de cobrança de débitos vencidos.

As mudanças na avaliação de riscos e todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis tomam por base o comportamento histórico da sua carteira e perfil do cliente e são aplicadas de forma consistente ao longo dos períodos de reporte.

Atualmente, a Companhia não possui nenhuma restrição aos seus processos de cobrança, conforme ocorrido em períodos passados de pandemia, no qual foi imposto pela ANEEL ou legislações específicas regras restritivas de corte, que impactaram a expectativa de perda.

8. Créditos a receber - subvenção e outros

Representa o valor a ser repassado para a Companhia, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

	30.09.2022	31.12.2021
Baixa renda - subsidio CDE	12.403	2.654
Subsidio CDE mensal - ciclo corrente	22.117	-
Previsão ajuste CDE ciclo corrente	16.006	2.202
CDE a receber - diferença ciclo anterior	5.014	3.582
Bônus - Redução Voluntária de consumo (a)	5.603	86.929
	<u>61.143</u>	<u>95.367</u>

- a) Conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica. O ressarcimento à Companhia, ocorreu de forma parcial, nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, por meio de crédito nas liquidações financeiras da CCEE no montante total de R\$ 81.326, restando um saldo de R\$ 5.603 a ser ressarcido.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**9. Imposto de renda, contribuição social e outros tributos compensáveis**

	30.09.2022	31.12.2021
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis		
Imposto de renda	223.011	112.379
Contribuição social	33.876	40.788
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	3.377	68.480
Total	260.264	221.647

	30.09.2022		31.12.2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Outros tributos compensáveis				
ICMS (a)	130.110	134.266	138.221	106.936
PIS e COFINS	27.678	-	11.623	-
PIS e COFINS (ICMS) (b)	412.285	2.692.136	436.501	2.774.969
Outros tributos	1.890	-	1.889	-
Total	571.963	2.826.402	588.234	2.881.905

- (a) Em 30 de setembro de 2022, o total de crédito de ICMS, está composto por R\$ 157.354 referente à Lei Complementar nº 102/00, que prevê o crédito do ICMS sobre aquisição de bens para o ativo fixo e compensação em 48 meses, R\$ 42.642 de Incentivo cultural, R\$ 23.085 do FEEF (Fundo estadual de equilíbrio fiscal) dos anos de 2016 a 2018, R\$ 1.647 refere-se a créditos de compra de energia, R\$ 14.918 ao pedido de restituição de ICMS dos clientes CEDAE e R\$ 24.730 refere-se a pedido restituição do ICMS sobre consumo próprio.
- (b) A Companhia amparada pela a decisão do STF de 13 de maio de 2021 (vide nota explicativa nº17) na melhor estimativa, constituiu em junho de 2021 um ativo de PIS e de COFINS sobre ICMS a recuperar de R\$ 422.522 no curto prazo e R\$ 2.681.549 no longo prazo. A Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, totalizando até 30 de setembro de 2022 o montante total compensado de R\$ 295.891. Restando saldo a compensar em setembro de 2022 de R\$ 412.285 no curto prazo e R\$ 2.692.136 no longo prazo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativos e passivos financeiros setoriais

Correspondem às diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo essas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita líquida, no resultado do período, representando o diferimento e amortização.

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

Ativo (passivo) financeiro setorial Líquido	31.12.2021	Adição	Amortização	Recebimento escassez hídrica/CDE Eletrobrás	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Reclassificações	30.09.2022	Valores em amortização	Valores em constituição	Ativo Circulante	Passivo não circulante
CVA	750.623	261.715	(459.008)	-	(429.925)	32.459	(44.453)	111.411	365.092	(253.681)	226.787	(115.376)
Aquisição de energia - (CVA)energ	341.482	(43.851)	(180.600)	-	(115.123)	7.471	(44.453)	(35.074)	164.831	(199.905)	55.843	(90.917)
Proinfa	1.105	10.737	(7.868)	-	-	716	-	4.690	4.691	(1)	4.691	(1)
Transporte rede básica	23.948	20.397	(12.006)	-	-	(498)	-	31.841	11.782	20.059	22.719	9.122
Transporte de energia - Itaipu	863	3.728	(215)	-	-	97	-	4.473	781	3.692	2.794	1.679
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER	363.685	181.954	(211.030)	-	(314.802)	18.600	-	38.407	153.623	(115.216)	90.807	(52.400)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	19.540	88.750	(47.289)	-	-	6.073	-	67.074	29.384	37.690	49.933	17.141
Demais passivos financeiros setoriais	(343.762)	292.480	231.824	(335.015)	53.073	1.886	44.453	(55.061)	(111.006)	55.945	(82.595)	27.534
Neutralidade da parcela A	65.566	(14.286)	(38.191)	-	-	(2.396)	-	10.693	20.376	(9.683)	15.097	(4.404)
Sobrecontratação de energia	(128.727)	99.714	91.693	-	(17.773)	(3.194)	-	41.713	(56.360)	98.073	(2.890)	44.603
Diferimento/devoluções tarifárias	(29.125)	(16.750)	19.551	-	-	(2.456)	-	(28.780)	(10.446)	(18.334)	(20.443)	(8.337)
Bandeiras tarifárias não homologadas	-	(75.435)	-	-	70.846	-	-	(4.589)	-	(4.589)	(4.589)	-
Antecipação da parcela B	(15.603)	-	15.603	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Risco hidrológico	(170.541)	(126.713)	130.920	-	-	(5.559)	-	(171.893)	(68.068)	(103.825)	(124.675)	(47.218)
Bandeira escassez hídrica (a)	-	280.439	-	-	-	(4.816)	-	275.623	-	275.623	275.623	-
Outros (b)	(65.332)	145.511	12.248	(335.015)	-	20.307	44.453	(177.828)	3.492	(181.320)	(220.718)	42.890
Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido	406.861	554.195	(227.184)	(335.015)	(376.852)	34.345	-	56.350	254.086	(197.736)	144.192	(87.842)

- (a) **Financeiro de Bandeira Escassez Hídrica:** Conforme definido na Resolução nº 3/2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), a Bandeira Escassez Hídrica deverá cobrir os custos não cobertos pela sistemática das bandeiras necessários para equilibrar receitas e despesas ao final do ciclo vigente das Bandeiras Tarifárias. Assim, no processo tarifário vigente, ocorrido em março de 2022, foi considerado um financeiro negativo de R\$ 348.059, conforme saldo da distribuidora frente à Conta Bandeiras na competência de julho de 2021, para retirar o efeito dos custos ainda não cobertos pelas Bandeiras que serão recuperados durante o ciclo da Bandeira Escassez, a qual esteve vigente até 15 de abril de 2022. O referido financeiro negativo, dividido em componentes de energia e ESS, será contemplado no processo tarifário subsequente, devidamente atualizado pela taxa Selic. Para mais detalhes

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

do reajuste tarifário vigente, vide nota explicativa nº 4.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, foi constituída uma adição de R\$ 280.439 referente ao recebimento de escassez hídrica e financeiro da bandeira proporcional ao período de abril a setembro de 2022.

- (b) **Recebimento Escassez Hídrica e CDE Eletrobrás:** i) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2, foi contratada operação financeira com o objetivo de custear medidas de combate à escassez hídrica vivenciada no 2º semestre de 2021. Tal operação foi aprovada a partir da Resolução Normativa nº 1.008/2022, de 15 de março de 2022, alterada pela Resolução Normativa nº 1.019/2022 de 19 de abril de 2022. O Despacho nº 1.177/2022, de 3 de maio de 2022, indicou a data de 9 de maio para fixar os valores dos recursos da Conta Escassez Hídrica a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica referentes aos montantes de recursos solicitados nos Termos de Aceitação às disposições do Decreto nº 10.939/2022. Dessa forma, a Companhia recebeu da referida conta, o montante de R\$ 188.035. Para mais detalhes do reajuste tarifário vigente vide nota explicativa nº 4. ii) Recebimento de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE referente aos valores apurados pela Eletrobrás de R\$ 146.980 de acordo com o despacho 1.959/2022 de 21 de julho de 2022.

Ativo (passivo) financeiro setorial Líquido	31.12.2020	Adição	Amortização	Recebimento escassez hídrica/CDE Eletrobrás	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Reclassificações	31.12.2021	Valores em amortização	Valores em constituição	Ativo Circulante	Ativo não circulante
CVA	(91.719)	1.346.010	(52.064)	-	(526.344)	19.182	55.558	750.623	764.282	(13.659)	595.672	154.951
Aquisição de energia - (CVAenerg)	(116.523)	897.978	(54.692)	-	(415.849)	16.805	13.763	341.482	366.332	(24.850)	267.212	74.270
Proinfa	2.182	2.700	(2.799)	-	-	58	(1.036)	1.105	-	1.105	1.105	-
Transporte rede básica	9.713	26.082	(4.246)	-	-	1.752	(9.353)	23.948	26.738	(2.790)	18.528	5.420
Transporte de energia - Itaipu	232	1.558	(1.777)	-	-	326	524	863	1.261	(398)	607	256
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER	1.391	391.862	11.215	-	(110.495)	1.006	68.706	363.685	356.730	6.955	291.361	72.324
Conta de desenvolvimento energético - CDE	11.286	25.830	235	-	-	(765)	(17.046)	19.540	13.221	6.319	16.859	2.681
Demais passivos financeiros setoriais	(297.765)	(246.903)	366.185	-	(3.357)	(33.499)	(128.423)	(343.762)	(276.178)	(67.584)	(287.769)	(55.993)
Neutralidade da parcela A	61.398	61.216	(45.532)	-	-	1.471	(12.987)	65.566	55.902	9.664	54.233	11.333
Sobrecontratação de energia	(31.992)	(74.593)	76.588	-	(3.357)	(5.526)	(89.847)	(128.727)	(115.938)	(12.789)	(105.222)	(23.505)
Diferimento/ devoluções tarifárias	(29.358)	(27.197)	29.403	-	-	(1.973)	-	(29.125)	(24.199)	(4.926)	(24.219)	(4.906)
Antecipação da parcela B	(127.794)	-	78.017	-	-	-	34.174	(15.603)	(15.603)	-	(15.603)	-
Risco hidrológico	(218.184)	(166.066)	205.251	-	-	(5.019)	13.477	(170.541)	(134.918)	(35.623)	(143.189)	(27.352)
Outros	48.165	(40.263)	22.458	-	-	(22.452)	(73.240)	(65.332)	(41.422)	(23.910)	(53.769)	(11.563)
Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido	(389.484)	1.099.107	314.121	-	(529.701)	(14.317)	(72.865)	406.861	488.104	(81.243)	307.903	98.958

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



11. Ativo indenizável (concessão)

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da concessão está assim apresentada:

	Ativo indenizável
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.321.429
Transferências do ativo contratual	213.593
Transferências do ativo intangível	84.353
Transferências do ativo imobilizado	14.677
Transferências a outros ativos	(6.025)
Atualização do ativo financeiro da concessão	309.888
Saldo em 30 de setembro de 2021	4.937.915
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.287.315
Transferências do ativo contratual	769.693
Atualização do ativo financeiro da concessão	179.339
Saldo em 30 de setembro de 2022	6.236.347

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

12. Imobilizado

O imobilizado da distribuidora refere-se a bens que não estão vinculados à atividade de distribuição de energia elétrica, bem como aos direitos de uso de ativo arrendado. A seguir é apresentada a movimentação:

	31.12.2021	Adição	Depreciação / Amortização	Baixa	Transferência	Reclassificação	30.09.2022
Imobilizado em serviço							
Terrenos	515	-	-	-	-	-	515
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	23.536	-	-	-	13.351	-	36.887
Máquinas e equipamentos	72.297	-	-	(252)	21.169	-	93.214
Veículos	2.238	-	-	-	463	-	2.701
Móveis e utensílios	28.633	-	-	-	3.736	-	32.369
Subtotal	127.219	-	-	(252)	38.719	-	165.686
Depreciação acumulada							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(12.585)	-	(477)	-	-	-	(13.062)
Máquinas e equipamentos	(53.214)	-	(2.030)	252	-	454	(54.538)
Veículos	(2.163)	-	(25)	-	-	-	(2.188)
Móveis e utensílios	(20.957)	-	(1.497)	-	-	-	(22.454)
Subtotal	(88.919)	-	(4.029)	252	-	454	(92.242)
Imobilizado em curso							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	8.981	(2.011)	-	-	(7.399)	8.672	8.243
Máquinas e equipamentos	13.982	17.577	-	-	(15.440)	(9.126)	6.993
Veículos	1.057	-	-	-	(463)	-	594
Móveis e utensílios	8.085	(778)	-	-	(3.736)	-	3.571
Subtotal	32.105	14.788	-	-	(27.038)	(454)	19.401
Total do imobilizado	70.405	14.788	(4.029)	-	11.681	-	92.845
Ativo de direito de uso							
Terrenos	473	20	(97)	-	-	-	396
Imóveis	23.878	8.431	(5.754)	-	-	-	26.555
Veículos	11.903	-	(6.126)	-	-	-	5.777
Subtotal	36.254	8.451	(11.977)	-	-	-	32.728
Total	106.659	23.239	(16.006)	-	11.681	-	125.573

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2020	Adição	Depreciação / Amortização	Baixas	Transferência	30.09.2021
Imobilizado em serviço						
Terrenos	-	-	-	-	270	270
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	675	-	-	-	20.574	21.249
Máquinas e equipamentos	138.776	-	-	-	(65.844)	72.932
Veículos	-	-	-	-	2.238	2.238
Móveis e utensílios	42.040	-	-	-	(17.103)	24.937
Subtotal	181.491	-	-	-	(59.865)	121.626
Depreciação acumulada						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(129)	-	(464)	-	(11.889)	(12.482)
Máquinas e equipamentos	(101.920)	-	(2.197)	-	47.044	(57.073)
Veículos	-	-	(29)	-	(2.131)	(2.160)
Móveis e utensílios	(23.297)	-	(1.506)	-	4.179	(20.624)
Subtotal	(125.346)	-	(4.196)	-	37.203	(92.339)
Imobilizado em curso						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	-	3.699	-	(13)	4.171	7.870
Máquinas e equipamentos	5.544	-	-	(13)	5.834	11.378
Veículos	-	-	-	-	1.057	1.057
Móveis e utensílios	6.932	1.287	-	-	(3.077)	5.142
Subtotal	12.476	4.986	-	(26)	7.985	25.447
Total do imobilizado	68.621	4.986	(4.196)	(26)	(14.677)	54.734
Ativo de direito de uso						
Terrenos	637	-	(121)	-	(2)	514
Imóveis	32.443	-	(6.479)	-	2	25.966
Subtotal	33.080	-	(6.600)	-	-	26.480
Total	101.701	4.986	(10.796)	(26)	(14.677)	81.214

As principais taxas de depreciação que refletem a vida útil regulatória dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

ADMINISTRAÇÃO	%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	3,33%
Veículos	14,29%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 30 de setembro de 2022:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	4,30
Imóveis	2,64
Veículos e outros meios de transporte	1,33

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**13. Intangível**

	30.09.2022			31.12.2021
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
Em Serviço				
Direito de uso da concessão	6.699.628	(4.325.999)	(113.462)	2.260.167
Software	468.053	(260.538)	-	207.515
Bens de renda	21.876	(20.736)	-	1.140
Total	7.189.557	(4.607.273)	(113.462)	2.468.822

	Em Serviço			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.576.472	(3.803.109)	(140.312)	2.633.051
Amortização	-	(373.180)	16.611	(356.569)
Transferência dos ativos contratuais	143.744	-	-	143.744
Transferência para o ativo indenizável	40.672	(73.526)	(51.499)	(84.353)
Saldo em 30 de setembro de 2021	6.760.888	(4.249.815)	(175.200)	2.335.873
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.850.614	(4.305.305)	(118.658)	2.426.651
Baixas	(156.896)	120.683	(480)	(36.693)
Amortização	-	(422.651)	14.759	(407.892)
Transferência dos ativos contratuais	495.839	-	(9.083)	486.756
Saldo em 30 de setembro de 2022	7.189.557	(4.607.273)	(113.462)	2.468.822

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil regulatória, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

DISTRIBUIÇÃO	%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%
Software	20,00%

14. Ativos contratuais

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo contratual, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 3,17 % a.a. no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 (em 31 de dezembro de 2021 foi de 3,11% a.a.).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	30.09.2022		31.12.2021
	Custo	Obrigações Especiais	Valor Líquido
Em Curso			
Direito de uso da concessão	701.908	(58.988)	642.920
Software	116.629	-	116.629
Total	818.537	(58.988)	759.549

	Em Curso		
	Custo	Obrigações Especiais	Valor Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	721.462	(101.993)	619.469
Adições	827.178	-	827.178
Capitalização de juros de empréstimos	395	-	395
Transferências para ativo intangível	(143.744)	-	(143.744)
Transferências para ativo indenizável	(213.593)	-	(213.593)
Saldo em 30 de setembro de 2021	1.191.698	(101.993)	1.089.705
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.058.049	(101.993)	956.056
Adições	1.071.414	-	1.071.414
Capitalização de juros de empréstimos	209	-	209
Reclassificações	(35.438)	35.438	-
Reclassificações para o ativo intangível	(489.046)	2.290	(486.756)
Transferências para ativo indenizável	(774.970)	5.277	(769.693)
Transferências para ativo imobilizado	(11.681)	-	(11.681)
Saldo em 30 de setembro de 2022	818.537	(58.988)	759.549

15. Fornecedores

	30.09.2022	31.12.2021
Compra de Energia	372.467	433.166
Compra de Energia com partes relacionadas (nota 20)	1.518	1.847
Encargo de Uso da Rede	123.804	277.120
Encargo de Uso da Rede com partes relacionadas (nota 20)	430	432
Total energia	498.219	712.565
Materiais e serviços	582.782	526.922
Materiais e serviços com partes relacionadas (nota 20)	119.357	119.012
Total fornecedores	1.200.358	1.358.499

16. Outras obrigações fiscais

	30.09.2022	31.12.2021
Obrigações fiscais federais		
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	19.658	197.666
Programa de integração social - PIS	4.240	5.491
INSS s/ terceiros	5.145	5.188
Outros tributos e contribuições	(5.665)	571
Subtotal - Federais	23.378	208.916
Obrigações fiscais estaduais		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (a)	61.817	117.413
Subtotal - Estaduais	61.817	117.413
Obrigações fiscais municipais		
Imposto sobre serviços - ISS	12.042	8.039
Outros tributos e contribuições	(668)	(1.809)
Subtotal - municipais	11.374	6.230
Total outros tributos a pagar	96.569	332.559

- a) A Companhia apura e recolhe o ICMS por decêndio, conforme Decreto nº 45520/2015. Para as informações do faturamento de energia do período de 01 a 10, é efetuado pagamento do ICMS no dia 15 do próprio mês, o mesmo ocorre para o período de faturamento de 11 a 20, quando o pagamento ocorre no dia 25. O valor final do ICMS apurado é pago no dia 05 do mês subsequente ao faturamento, deduzidos os pagamentos já realizados nos dias 15 e 25, do mês anterior.

Até junho de 2022, a alíquota do ICMS sobre energia elétrica era definida por classe de consumo entre 18% a 32%. Em 23 de junho de 2022 foi publicada a Lei Complementar nº 194/2022, que reduziu a alíquota para 18% para todas as classes de consumo, com efeitos a partir de julho de 2022.

17. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

Em março de 2017 o Superior Tribunal Federal - STF decidiu o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021 o STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 09 de setembro de 2021.

A Companhia discute o tema em ação judicial desde 2008 e em setembro de 2021 tomou ciência do trânsito em julgado de decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, reconhecendo o direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS.

Em conformidade com a decisão de segunda instância judicial e com o julgamento do tema de repercussão geral, a Companhia a partir do recolhimento de maio de 2021 passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas bases de cálculo das referidas contribuições.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

Em 17 de março de 2020, a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema.

Foi publicada a Lei 14.385/2022 em 28 de junho de 2022, alterando a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a devolução aos consumidores de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como os decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

A Companhia está adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e embora ainda não regulamentada a forma definitiva de devolução pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, os processos tarifários de 2022 já contemplam a devolução parcial de tais valores.

Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, totalizando até 30 de setembro de 2022 o montante total compensado de R\$ 295.891.

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	Nota	30.09.2022	31.12.2021
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar			
<u>Ativo circulante</u>	9	412.285	436.501
<u>Ativo não circulante</u>	9	2.692.136	2.774.969
Total do ativo		3.104.421	3.211.470
PIS/COFINS - consumidores a restituir			
<u>Passivo circulante</u>	17	412.285	436.501
<u>Passivo não circulante</u>	17	2.987.264	2.814.422
Total do passivo		3.399.549	3.250.923
		30.09.2022	30.09.2021
Resultado			
Receita financeira			
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		162.702	(2.055.395)
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir		(162.702)	2.055.395
Impacto líquido		-	-

A seguir é apresentada a movimentação do ativo e passivo de PIS e COFINS - ICMS:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-
Constituição	2.055.395	2.055.395
Atualização	1.174.334	1.174.334
Saldo em 30 de setembro de 2022	3.229.729	3.229.729
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.211.470	3.250.923
Atualização	162.702	162.702
Compensação	(256.439)	-
Outros - ajuste créditos e pagamento honorários	(13.312)	(14.076)
Saldo em 30 de setembro de 2022	3.104.421	3.399.549

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de cada captação.

	30.09.2022						31.12.2021					
	Circulante			Não Circulante		Total Circulante + Não Circulante	Circulante			Não Circulante		Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	Principal	Total		Encargos	Principal	Total	Principal	Total	
Moeda estrangeira:												
Scotiabank 4131 III	454	-	454	198.952	198.952	199.406	1.195	-	1.195	205.923	205.923	207.118
Scotiabank 4131 IV	162	-	162	119.371	119.371	119.533	607	-	607	123.554	123.554	124.161
BNP PARIBAS 4131 II	949	211.435	212.384	-	-	212.384	79	218.843	218.922	-	-	218.922
Total	1.565	211.435	213.000	318.323	318.323	531.323	1.881	218.843	220.724	329.477	329.477	550.201
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas												
Enel Finance International N.V. III, IV, V, VI, VII, VIII	15.825	1.366.590	1.382.415	760.024	760.024	2.142.439	6.958	1.011.809	1.018.767	1.560.045	1.560.045	2.578.812
Total de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	15.825	1.366.590	1.382.415	760.024	760.024	2.142.439	6.958	1.011.809	1.018.767	1.560.045	1.560.045	2.578.812
Total moeda estrangeira	17.390	1.578.025	1.595.415	1.078.347	1.078.347	2.673.762	8.839	1.230.652	1.239.491	1.889.522	1.889.522	3.129.013
Moeda nacional:												
Financiamentos												
BNDES (Capex 2012-2013) FINAME	7	5.505	5.512	-	-	5.512	15	8.257	8.272	3.440	3.440	11.712
BNP PARIBAS 4131	-	-	-	-	-	-	13.720	400.000	413.720	-	-	413.720
Financiamentos - Moeda nacional	7	5.505	5.512	-	-	5.512	13.735	408.257	421.992	3.440	3.440	425.432
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas												
Enel Brasil Mútuo não Subordinado (nota 20)	185.116	1.056.444	1.241.560	-	-	1.241.560	73.426	1.211.861	1.285.287	-	-	1.285.287
Enel Finance International N.V. I e II (nota 20)	106.895	230.000	336.895	750.000	750.000	1.086.895	14.837	-	14.837	980.000	980.000	994.837
CDSA (nota 20)	-	-	-	-	-	-	738	140.724	141.462	-	-	141.462
Total de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	292.011	1.286.444	1.578.455	750.000	750.000	2.328.455	89.001	1.352.585	1.441.586	980.000	980.000	2.421.586
Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional	292.018	1.291.949	1.583.967	750.000	750.000	2.333.967	102.736	1.760.842	1.863.578	983.440	983.440	2.847.018
Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional e moeda estrangeira	309.408	2.869.974	3.179.382	1.828.347	1.828.347	5.007.729	111.575	2.991.494	3.103.069	2.872.962	2.872.962	5.976.031

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos saldos referentes a empréstimos e financiamentos está assim apresentada:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		TOTAL
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	22.757	2.478.065	902.511	203.792	3.607.125
Captações	-	330.466	360.000	1.221.065	1.911.531
Encargos provisionados	68.369	36.416	16.713	2.804	124.302
Encargos pagos	(37.398)	-	(21.499)	-	(58.897)
Variação cambial	-	-	36.422	52.980	89.402
Transferências	761.278	(761.278)	2.733	(2.733)	-
Amortizações	(263.831)	-	(936.330)	-	(1.200.161)
Ajuste a valor de mercado	-	-	2.158	-	2.158
Saldo em 30 de setembro de 2021	551.175	2.083.669	362.708	1.477.908	4.475.460
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.863.578	983.440	1.239.491	1.889.522	5.976.031
Captações	180.880	-	-	-	180.880
Encargos provisionados	240.697	-	27.264	-	267.961
Encargos pagos	(45.954)	-	(17.267)	-	(63.221)
Variação cambial	-	-	(176.063)	(289.185)	(465.248)
Transferências	233.440	(233.440)	521.990	(521.990)	-
Amortizações	(888.674)	-	-	-	(888.674)
Saldo em 30 de setembro de 2022	1.583.967	750.000	1.595.415	1.078.347	5.007.729

A curva de amortização de principal dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

30.09.2022		
2024	2025	Total não Circulante
1.510.024	318.323	1.828.347

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

(i) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	Garantia
Enel Brasil Mútuo 58	180.880	05/01/2022	31/01/2022	1,40%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A

(ii) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	Garantia
BNDES (Capex 2012-2013) FINAME, A, B e F	73.625	15/08/2013	15/05/2023	3,00%	Mensal	Mensal	79%	Financiamento do CAPEX 2012/2013	Recebíveis
Enel Brasil Mútuo	206.444	29/12/2015	11/12/2022	CDI + 0,57%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 54	100.000	18/06/2020	11/12/2022	CDI + 2,10%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 55	750.000	07/07/2020	11/12/2022	CDI + 2,27%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V.	750.000	21/12/2020	22/01/2024	CDI + 1,41%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
BNP PARIBAS 4131 II	199.999	23/12/2020	23/12/2022	1,63%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
Scotiabank III	200.000	01/02/2021	03/02/2025	1,39%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
Scotiabank IV	120.000	26/02/2021	26/02/2025	1,39%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
Enel Finance International N.V.II	230.000	15/04/2021	17/04/2023	1,06%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V.III (c/ Swap)	294.500	01/07/2021	03/07/2023	1,29%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. IV (c/ Swap)	299.800	08/07/2021	10/07/2023	1,29%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. V (c/ Swap)	306.765	03/09/2021	03/09/2024	1,53%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. VI (c/ Swap)	257.600	07/10/2021	14/10/2024	1,59%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. VII (c/ Swap)	347.881	14/12/2021	16/12/2024	1,65%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. VIII (c/ Swap)	1.025.952	28/12/2021	28/12/2022	1,06%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A

(iii) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores, liquidados durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	Garantia
BNP PARIBAS 4131	400.000	06/02/2019	07/02/2022	8,40%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
Enel Brasil Mútuo 56	100.466	30/09/2021	31/03/2022	CDI + 1,00%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla x CDSA I	140.724	14/12/2021	07/01/2022	CDI + 1,40%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 57	60.412	23/12/2021	31/03/2022	CDI + 1,40%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações financeiras descritas no quadro abaixo, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022.

Contratos	Obrigações especiais financeiras	Límite	Periodicidade de apuração dos índices
BNDES 2012 e 2013	Endividamento Bancário Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDES 2012 e 2013	Endividamento Bancário Líquido Líquido / (PL + Endividamento Bancário Líquido) (máximo)	0,60	Anual

Contratos BNDES 2012 e 2013:

- Endividamento bancário líquido corresponde aos empréstimos e financiamentos bancários líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização (últimos 12 meses).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Encargos setoriais

As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº 25.

Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

	30.09.2022	31.12.2021
Conta de desenvolvimento energético - CDE - CONTA COVID	25.970	25.969
Programa de Eficiência Energética- ("PEE")	61.275	57.004
Pesquisa e desenvolvimento-("P&D")	48.322	42.101
Outros	999	918
Total	136.566	125.992
Circulante	103.872	82.687
Não Circulante	32.694	43.305

20. Partes relacionadas

20.1 Controladora (Enel Brasil)

Natureza da transação	Vigência	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	30.09.2021
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Receita (Despesa)
Empréstimos (impostos retidos)	Dezembro de 2022	27.351	26.531	-	-
Prestação de serviços técnicos e gestão	Março de 2020 a Março de 2025	(57.314)	(37.339)	-	-
Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações	Fevereiro de 2024	(39.246)	(63.553)	-	-
Dividendos	Dezembro de 2019 a dezembro de 2022	(77.635)	(57.880)	-	-
Mútuo	Vide nota 18	(1.241.560)	(1.285.466)	(123.425)	(42.376)
Comissão de Fiança	Dezembro de 2022	(241)	(952)	(1.089)	(4.135)
Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura	Fevereiro de 2024	(4.000)	(198)	-	-
TOTAL DE PARTES RELACIONADAS		(1.392.645)	(1.418.857)	(124.514)	(46.511)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20.2 Empresas em controle comum

Natureza da transação e parte relacionada	Vigência	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	30.09.2021
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Receita (Despesa)
Benefícios pós-emprego		(291.344)	(332.187)	(18.882)	(28.322)
Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS	Até o final da concessão	(291.344)	(332.187)	(18.882)	(28.322)
Comissão		6	411	448	260
ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	6	411	448	260
Prestação de serviços de desenvolvimento		(6.905)	(7.331)	408	
ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	(6.905)	(7.331)	408	(5.907)
Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações		(2.437)	(2.229)	-	-
ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO	Fevereiro de 2024	(2.437)	(2.229)	-	-
Suprimento de energia - CCEAR		(1.518)	(1.847)	(11.562)	(10.543)
ENEL Green Power Projetos I S.A.	Até o final da concessão	(783)	(656)	(6.135)	(5.568)
ENEL Green Power Paranapanema		(92)	(85)	(749)	(705)
ENEL Green Power Mourão		(26)	(24)	(216)	(203)
ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.		(105)	(136)	(760)	(691)
ENEL Green Power Fazenda S.A.		(82)	(102)	(509)	(462)
ENEL Green Power Salto do Apiacás S.A.		(174)	(225)	(1.254)	(1.140)
ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.		(121)	(275)	(1.006)	(920)
ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.		(135)	(344)	(933)	(854)
Suprimento de energia - MVE		-	(408)	-	(6.774)
Enel Trading Brasil S.A.	Até o final da concessão	-	(408)	-	(6.774)
Reembolso de despesas de viagens		(197)	(162)	-	-
ENDESA S.A.	Até o final da concessão	(197)	(162)	-	-
Encargo de uso do sistema de transmissão		(430)	(432)	(3.751)	(3.777)
ENEL CIEN S.A.	Até o final da concessão	(430)	(432)	(3.751)	(3.777)
Mútuo		(3.229.334)	(3.715.111)	311.583	(83.455)
Enel Finance International N.V.	Vide nota 18	(3.229.334)	(3.573.649)	311.868	(83.455)
ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.		-	(141.462)	(285)	-
Reembolso expatriados		(3.368)	(1.901)	(2.063)	(1.697)
ENEL SPA	Até o final da concessão	(2.634)	(1.430)	(1.528)	(1.081)
Enel Romania SA		444	444	-	-
E-DISTRIBUTIE MUNTENIA SA		-	-	-	142
ENEL GLOBAL INFRASTRUCTURE AND NETWORK		(1.178)	(915)	(535)	(758)
Manutenção de licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e também serviços associados ao projeto de telemando LATAM		(1.165)	(1.387)	-	-
ENEL Ibérica SLR	Até o final da concessão	(1.165)	(1.387)	-	-
Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura		10.959	10.582	-	-
ENEL Distribuição Ceará - COELCE	Fevereiro de 2024	2.404	2.404	-	-
ENEL Green Power Projetos I S.A.		781	781	-	-
ENEL Geração Fortaleza - CGTF		-	(377)	-	-
ENEL Distribuição Goiás - CELG D		4.937	4.937	-	-
ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.		(170)	(170)	-	-
ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO		2.928	2.928	-	-
ENEL CIEN S.A.		79	79	-	-
		(3.525.733)	(4.052.002)	276.181	(134.308)
(-) Benefícios pós-emprego		(291.344)	(332.187)	(18.882)	(28.322)
TOTAL DE PARTES RELACIONADAS		(3.234.389)	(3.719.815)	295.063	(105.986)

(*) A partir de 1º de setembro de 2022, a Enel Geração Fortaleza – CGTF deixou de ser controlada pela Enel Brasil, passando a integrar outro grupo econômico. Dessa forma, somente as transações até essa data, foram consideradas como transações entre partes relacionadas do grupo Enel.

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 e 2021.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Suprimento de energia – CCEAR e sistema de transmissão

Os contratos de suprimento de energia – CCEAR e encargos do uso do sistema de transmissão são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações. O contrato de encargo de uso do sistema de transmissão é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a ENEL CIEN S.A e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS.

Compartilhamento

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de recursos humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 06 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

Mútuos

As informações sobre os contratos de mútuo encontram-se detalhadas nos quadros da nota explicativa nº18.

Segue movimentação dos mútuos com partes relacionadas:

	Enel Brasil	Enel Finance	CDSA	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.316.368	750.754	-	2.067.122
Captação	100.466	1.131.065	-	1.231.531
Amortização	(257.638)	-	-	(257.638)
Encargos provisionados	42.376	38.852	-	81.228
Encargos pagos	(2.943)	-	-	(2.943)
Variação monetária e cambial	-	44.604	-	44.604
Saldo em 30 de setembro de 2021	1.198.629	1.965.275	-	3.163.904
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.036.040	2.822.896	141.462	5.000.398
Captação	180.880	-	-	180.880
Amortização	(341.758)	-	(140.724)	(482.482)
Encargos provisionados	123.425	134.858	285	258.568
Encargos pagos	(6.273)	(32.449)	(1.023)	(39.745)
Variação monetária e cambial	-	(446.725)	-	(446.725)
Saldo em 30 de setembro de 2022	1.992.314	2.478.580	-	4.470.894

Remuneração da Administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021, encontra-se disposta no quadro abaixo. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	01.07.2022 a 30.09.2022	01.01.2022 a 30.09.2022	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios / bônus)	616	906	785	1.612
Benefícios pós-emprego (previdência - contribuição definida)	20	61	19	85
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	20	60	-	541
Total	656	1.027	804	2.238

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Obrigações com benefícios pós-emprego

Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados, corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*Funding*) Mínimo e sua Interação, no montante total do passivo, estão inclusos os contratos de dívida atuariais que a Companhia assinou junto a Brasieltros, tendo em vista equacionar os déficits de ambos os planos PCA e PACV, já que a patrocinadora assume as responsabilidades desses planos de acordo com a legislação vigente.

A Companhia é patrocinadora de dois planos de previdência privada (Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA e Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV) que são administrados pela Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasieltros, entidade fechada de previdência complementar constituída na forma da legislação pertinente, de caráter não econômico e sem fins lucrativos. O PCA, estruturado na modalidade de benefício definido, consiste em complementar aos seus participantes o benefício pago pela previdência oficial. O PACV, estruturado na modalidade de contribuição variável, tem por objetivo conceder benefícios com base no saldo acumulado pelo participante e patrocinadora.

Os planos de assistência médica, FGTS e BD nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 estão representados abaixo:

	PCA	PACV	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	46.215	93.096	192.877	16.394	348.582
Custo do serviço corrente	-	62	1.250	512	1.824
Custo dos juros líquidos	(1.329)	6.141	12.999	974	18.785
Contribuições reais do empregador	(47.911)	(11.143)	(17.089)	(1.302)	(77.445)
Perda atuarial	2.582	14.871	(1.277)	(587)	15.589
Saldos em 30 de setembro de 2022	(443)	103.027	188.760	15.991	307.335

	PCA	PACV	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	184.272	101.595	282.654	21.725	590.246
Custo do serviço corrente	(19)	81	-	681	743
Custo dos juros líquidos	8.638	5.261	14.361	932	29.192
Contribuições reais do empregador	(77.213)	(8.058)	(18.799)	(555)	(104.625)
Ganho atuarial	(85.732)	(22.940)	(1.604)	(1.965)	(112.241)
Saldos em 30 de setembro de 2021	29.946	75.939	276.612	20.818	403.315

Despesa reconhecida no resultado dos períodos:

	01.07.2022 a 30.09.2022	01.01.2022 a 30.09.2022	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021
Custo do serviço corrente	608	1.824	247	743
Custos dos juros	6.262	18.785	9.731	29.192
Total de despesas	6.870	20.609	9.978	29.935

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Provisão para processos judiciais e outros riscos

22.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

	31.12.2021	Adições	Reversões	Atualização monetária	Pagamentos	30.09.2022
Trabalhistas (a)	331.190	59.907	(54.431)	42.140	(28.001)	350.805
Cíveis (b)	297.845	199.486	(103.020)	75.939	(100.771)	369.479
Fiscais (c)	24.477	-	(82)	831	(70)	25.156
Regulatório (d)	1.693	-	-	134	-	1.827
Subtotal - Processos judiciais e administrativos	655.205	259.393	(157.533)	119.044	(128.842)	747.267
Outras provisões (e)	7.179	-	-	-	(2.108)	5.071
Total - Provisões para processos judiciais e outros riscos	662.384	259.393	(157.533)	119.044	(130.950)	752.338

Circulante	486	-
Não circulante	661.898	752.338

	31.12.2020	Adições	Reversões	Reclassificações	Atualização monetária	Pagamentos	30.09.2021
Trabalhistas (a)	294.155	22.338	(22.119)	-	21.643	(8.105)	307.912
Cíveis (b)	285.913	119.696	(65.531)	-	40.529	(83.818)	296.789
Fiscais (c)	203.779	126	-	(172.127)	(5.623)	(1.721)	24.434
Regulatório (d)	1.444	-	-	-	-	-	1.444
Subtotal - Processos judiciais e administrativos	785.291	142.160	(87.650)	(172.127)	56.549	(93.644)	630.579
Outras provisões (e)	-	13.615	-	-	-	(2.450)	11.165
Total - Provisões para processos judiciais e outros riscos	785.291	155.775	(87.650)	(172.127)	56.549	(96.094)	641.744

Circulante	179.662	3.597
Não circulante	605.629	638.147

a) Riscos trabalhistas

Englobam reclamações de empregados e ex-empregados próprios e de empregados de empresas terceirizadas que pleiteiam vínculo empregatício com a Companhia e consequentemente equiparação em direitos aos empregados desta ou eventuais verbas inadimplidas por suas empresas.

b) Riscos cíveis

Grande parte da provisão está vinculada a processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

c) Riscos fiscais

Os principais riscos fiscais os quais a Companhia está exposta são:

c.1) O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000, no valor atualizado em 30 de setembro de 2022 de R\$ 14.987 (R\$14.492 em 31 de dezembro de 2021).

c.2) Auto de Infração e Execução Fiscal apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro para cobrança de ICMS, relativos ao período de dezembro de 1996 a março de 1999, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. A Companhia provisionou equivalente a 40% e 20% das autuações fiscais, isto é, no valor atualizado em 30 de setembro de 2022 de R\$ 6.582 para o

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

auto de infração, sendo o valor total de R\$ 16.455, (R\$ 6.388 e R\$ 15.970 em 31 de dezembro de 2021) e de R\$ 592 para a execução fiscal, sendo valor total de R\$ 2.959 (R\$561 e R\$2.806 em 31 de dezembro de 2021), respectivamente.

d) Riscos regulatórios

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa 846/2019 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão.

Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento.

e) Outras provisões

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados.

Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes.

A partir do exercício corrente a Companhia inicia o processo de transição digital, de acordo com o plano de reestruturação aprovado e amplamente divulgado, este processo deve perdurar até o exercício a findar em 31 de dezembro de 2024, período pelo qual a provisão constituída será integralmente realizada.

22.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível (contingentes)

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	30.09.2022	31.12.2021
Trabalhistas	244.144	269.139
Cíveis (a)	952.015	1.478.886
Fiscais (b)	1.932.926	1.778.241
Juizados especiais	258.524	191.914
Regulatório	19.444	17.887
Total	3.407.053	3.736.067

A seguir são apresentados os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão:

a) Cíveis

A Companhia está envolvida em processos cíveis diversos, sendo que as naturezas desses processos já foram descritas na nota explicativa 22.1.b.

b) Fiscais

b.1) Temas federais

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Imposto de renda retido na fonte - Emissão de *Fixed Rate Notes* (FRN)

Auto de infração de 2005 lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de *Fixed Rate Notes* (FRN) emitidos pela Companhia em 1998. Na presente data a Companhia segue discutindo o tema através de ação judicial. O valor envolvido neste processo, atualizado em 30 de setembro de 2022 é de R\$ 1.372.590 (R\$ 1.332.501 em 31 de dezembro 2021).

b.2) Temas estaduais

No âmbito estadual, a Companhia discute, ainda, diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R\$ 449.797 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 337.860 em 31 de dezembro de 2021), que tratam de: (i) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; (ii) compensação de créditos; (iii) saída de bens para reparação; saídas de bens sem a tributação; (iv) comparação entre informes gerenciais, livros fiscais e cancelamentos de meses anteriores; (v) quebra de diferimento de isentos e (vi) cobranças de ICMS originadas da discussão dos consumidores com o Estado sobre a alíquota aplicável e sobre a incidência do ICMS na demanda contratada de energia e (vii) multa formal por erro no preenchimento da Declaração Anual para o Índice de Participação dos Municípios ("DECLAN").

A Companhia recebeu, em agosto de 2022, 3 novos autos estaduais que tratam de: suposta diferença de ICMS referente a clientes baixa renda, receitas não tributáveis e aplicação de multa por não escrituração de notas fiscais, no valor total de R\$ 111.326. A Companhia pagou parte do valor autuado de receitas não tributáveis no montante de R\$ 14.277 e seguiu discutindo o remanescente na esfera administrativa. Os valores autuados já estão refletidos no montante total do tópico acima.

b.3) Temas municipais

No âmbito municipal, a Companhia discute com os municípios de Niterói e Rio das Ostras temas referentes à Taxa de Uso de Solo e Empacotamento que juntos somam o valor de R\$ 24.749 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 23.918 em 31 de dezembro de 2021). Quanto ao ISS há execução fiscal apresentada pelo município de Niterói, nos montantes de R\$ 2.493, em 30 de setembro de 2022 (R\$ 2.394 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia discute com o município de Rio Bonito em execução fiscal cobrança de Contribuição de Iluminação Pública no valor atualizado em 30 de setembro de 2022 de R\$ 44.383 (R\$ 43.010 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total atualizado até 30 de setembro de 2022 de R\$ 37.913 (R\$ 36.303 em 31 de dezembro de 2021).

23.3 Depósitos vinculados a litígios

A Companhia possui alguns depósitos vinculados a ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	30.09.2022	31.12.2021
Trabalhistas	163.657	183.339
Cíveis	57.494	77.459
Fiscais	1.096	1.025
Total	222.247	261.823

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$ 3.804.048, parcialmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	30.09.2022		31.12.2021	
	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital
Enel Brasil S.A.	239.730.313	99,80%	166.191.392	99,73%
Outros	479.608	0,20%	442.934	0,27%
Total de ações em circulação	240.209.921	100,00%	166.634.326	100,00%

Em 07 de março de 2022, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, o aumento de capital no valor de R\$ 1.640.000 passando o capital de R\$ 2.498.230 para R\$ 4.138.230 mediante emissão de 73.575.595 novas ações ordinárias no valor de R\$ 22,29 por ação. As ações foram totalmente subscritas e parcialmente integralizadas pela controladora Enel Brasil, mediante a capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital realizados em janeiro e fevereiro de 2022 no valor total de R\$ 1.010.000 e ao aporte de capital realizado em março de 2022 de R\$ 140.000. Em setembro de 2022 foram realizados três aportes no montante total de R\$ 155.000, com isso montante residual de R\$ 335.000 será integralizado até 31 de dezembro de 2022.

Durante o período de 07 de março de 2022 a 22 de abril de 2022, os acionistas minoritários puderam exercer o direito de subscrição das ações ordinárias emitidas no âmbito do aumento de capital da Companhia. Com isso, foram emitidas 70 ações com base no exercício do direito de subscrição de sobras, correspondente a quantia de R\$ 1,56. Dessa forma, foram subscritas 36.674 ações (incluindo as sobras), no valor de R\$ 22,29 por ação as quais estão contidas nas 73.575.595 ações ordinárias emitidas quando da aprovação do aumento do capital social em 07 de março de 2022, com aumento complementar de R\$ 818.

Diante disso, o aumento de capital total no período findo em 30 de setembro de 2022 foi de R\$ 1.640.818 passando o capital social de R\$ 2.498.230 para R\$ 4.139.048, sendo que R\$ 335.000 será integralizado até 31 de dezembro de 2022.

b) Capital Social Autorizado

Na forma do disposto no artigo 168 da Lei 6.404/76, o Estatuto Social, em seu artigo 5º, parágrafo 1º, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até R\$ 1.000.000 até o limite de R\$ 2.498.230, mediante a emissão de ações ordinárias correspondentes. O aumento dar-se-á sem direito de preferência aos acionistas, nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

c) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

d) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder 100% do montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 27, § 1º, IV do estatuto social da

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

e) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido. Vale ressaltar que anualmente como parte do processo de destinação do resultado do período, a Companhia absorve em prejuízos acumulados todo o impacto das avaliações atuariais registradas em outros resultados abrangentes.

	30.09.2022	30.09.2021
Ganho/perda atuarial em benefício pós-emprego	(15.589)	112.241
Tributos diferidos sobre ganho/perda atuarial em benefício pós-emprego	5.300	(38.162)
Perda/Ganho de instrumentos financeiros derivativos	(112.208)	(18.153)
Tributos diferidos sobre ganho instrumentos financeiros derivativos	38.151	6.172
	(84.346)	62.098

f) Aprovação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em Assembleia Geral Ordinária - AGO realizada em 13 de abril de 2022, foi aprovada a destinação do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a qual segue: (i) Reserva Legal no montante de R\$ 4.170; (ii) dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$19.808. Após acréscimo do valor de R\$86.776 correspondente ao resultado de benefício pós-emprego (ganho atuarial), o saldo, no valor total de R\$146.199, foi destinado a reserva de reforço de capital de giro, nos termos do art. 27, parágrafo primeiro, do Estatuto Social. Os dividendos aprovados serão pagos, em uma ou várias parcelas, até 31 de dezembro de 2022. O saldo dos dividendos a pagar da Companhia é de R\$ 77.771, sendo: R\$ 19.808 referente ao exercício 2021 e R\$ 57.963 referente a exercícios anteriores.

24. Resultado por ação

	01.07.2022 a 30.09.2022	01.01.2022 a 30.09.2022	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021
Prejuízo líquido do período	(159.268)	(211.765)	(10.731)	(26.457)
Número de ações	240.209.921	222.834.135	166.634.326	166.634.326
Resultado por ação do período - básico e diluído (reais por ação)	(0,66304)	(0,95033)	(0,06440)	(0,15877)

Para cálculo do denominador comum, foi considerado o número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Receita operacional líquida

a) Nos trimestres:

	01.07.2022 a 30.09.2022			Reapresentado		
	01.07.2021 a 30.09.2021					
	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	2.927.326	1.061.378	922.776	2.527.346	1.150.620	1.220.715
Industrial	3.607	35.349	124.315	3.403	36.856	74.561
Comercial	134.481	314.272	390.955	123.756	332.074	398.739
Rural	64.899	33.928	43.095	62.587	39.878	44.997
Poder público	13.444	80.390	115.787	13.004	77.319	92.331
Iluminação pública	1.981	145.970	68.895	1.878	143.646	111.207
Serviço público	3.167	58.479	75.765	2.925	75.597	73.026
Suprimento - Agente de Distribuição	16	156.476	34.649	24	124.405	34.473
Fornecimento faturado	3.148.921	1.886.242	1.776.237	2.734.923	1.980.395	2.050.049
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado	-	-	65.175	-	-	84.084
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livr	-	-	(6.449)	-	-	(6.305)
Total receitas - originadas de contratos com clientes	3.148.921	1.886.242	1.834.963	2.734.923	1.980.395	2.127.828
Outras receitas						
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	184.713	-	-	569.357
Subvenção baixa renda	-	-	20.393	-	-	12.259
Subvenção de recursos da CDE	-	-	68.274	-	-	56.238
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	926	915.534	163.725	739	681.202	210.680
Receita de construção	-	-	387.385	-	-	367.420
Venda de Energia Excedente - MVE	-	-	48.246	-	-	265.222
Atualização do ativo financeiro da concessão (a)	-	-	(112.472)	-	-	138.569
Outras receitas	-	-	30.470	-	-	34.751
Total outras receitas	926	915.534	790.734	739	681.202	1.654.496
Receita operacional bruta	3.149.847	2.801.776	2.625.697	2.735.662	2.661.597	3.782.324
Deduções da receita operacional bruta						
ICMS	-	-	(366.481)	-	-	(597.660)
COFINS - corrente	-	-	(133.344)	-	-	(202.793)
PIS - corrente	-	-	(28.950)	-	-	(44.027)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(15.035)	-	-	(19.669)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(283.021)	-	-	(202.466)
Encargos do consumidor - CCRBT (b)	-	-	480	-	-	(220.758)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(2.457)	-	-	(2.214)
ISS	-	-	(1.152)	-	-	(1.168)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(829.960)	-	-	(1.290.755)
Receita operacional líquida	3.149.847	2.801.776	1.795.737	2.735.662	2.661.597	2.491.569

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Nos períodos de nove meses:

	01.01.2022 a 30.09.2022			Reapresentado		
	01.01.2021 a 30.09.2021					
	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	2.927.326	3.661.077	2.958.467	2.527.346	3.882.306	3.614.622
Industrial	3.607	107.264	415.369	3.403	112.321	183.416
Comercial	134.481	1.075.922	1.432.988	123.756	1.117.020	1.287.912
Rural	64.899	108.125	149.739	62.587	126.853	128.918
Poder público	13.444	296.063	418.612	13.004	265.635	302.569
Iluminação pública	1.981	418.407	265.907	1.878	422.085	294.394
Serviço público	3.167	202.932	270.850	2.925	224.276	211.152
Suprimento - Agente de Distribuição	16	602.052	106.865	24	343.318	79.157
Fornecimento faturado	3.148.921	6.471.842	6.018.797	2.734.923	6.493.814	6.102.140
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado	-	-	462.126	-	-	416.452
PIS/COFINS consumidores a restituir	-	-	-	-	-	(2.055.395)
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	-	-	-	-	-	2.055.395
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livr	-	-	(28.930)	-	-	(23.318)
Total receitas - originadas de contratos com clientes	3.148.921	6.471.842	6.451.993	2.734.923	6.493.814	6.495.274
Outras receitas						
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	327.011	-	-	959.027
Subvenção baixa renda	-	-	59.998	-	-	36.787
Subvenção de recursos da CDE	-	-	210.992	-	-	174.410
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	926	2.891.351	917.364	739	1.882.973	621.430
Receita de construção	-	-	1.068.195	-	-	825.084
Venda de Energia Excedente - MVE	-	-	93.230	-	-	318.856
Atualização do ativo financeiro da concessão (a)	-	-	179.339	-	-	309.888
Outras receitas	-	-	101.776	-	-	90.934
Total outras receitas	926	2.891.351	2.957.905	739	1.882.973	3.336.416
Receita operacional bruta	3.149.847	9.363.193	9.409.898	2.735.662	8.376.787	9.831.690
Deduções da receita operacional bruta						
ICMS	-	-	(1.884.944)	-	-	(1.886.649)
COFINS - corrente	-	-	(447.613)	-	-	(570.134)
PIS - corrente	-	-	(97.179)	-	-	(123.779)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(44.339)	-	-	(50.715)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(859.007)	-	-	(602.423)
Encargos do consumidor - CCRBT (b)	-	-	(339.896)	-	-	(335.220)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(7.210)	-	-	(6.640)
ISS	-	-	(3.510)	-	-	(3.663)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(3.683.698)	-	-	- 3.579.223
Receita operacional líquida	3.149.847	9.363.193	5.726.200	2.735.662	8.376.787	6.252.467

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

- (a) Conforme detalhado na nota explicativa nº 2.5, a Companhia revisou suas práticas contábeis e concluiu que a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão, poderia ser melhor apresentada no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas a sua atividade fim. Dessa forma, para fins de comparabilidade, o impacto no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 é uma reclassificação de R\$ 309.888 da receita financeira para o resultado operacional.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) Conforme detalhado na nota explicativa nº 2.5, foi realizada a reclassificação dos Encargos do consumidor (CCRBT), para “Deduções da receita”, anteriormente apresentados como “Fornecimento de energia elétrica”, no montante de R\$ 335.220.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Receitas (Custos/Despesas) operacionais

a) Nos trimestres:

	01.07.2022 a 30.09.2022					01.07.2021 a 30.09.2021						
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Outras	Total
Pessoal	(24.452)	-	(12.131)	-	-	(36.583)	(19.242)	-	(7.596)	-	-	(26.838)
Material	(4.659)	-	(229)	-	-	(4.888)	(8.464)	-	(5.109)	-	-	(13.573)
Serviços de terceiros	(121.226)	(6.645)	(15.858)	-	-	(143.729)	(141.241)	(4.734)	(644)	-	-	(146.619)
Energia elétrica comprada para revenda	(717.713)	-	-	-	-	(717.713)	(1.232.115)	-	-	-	-	(1.232.115)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(205.168)	-	-	-	-	(205.168)	(157.078)	-	-	-	-	(157.078)
Encargos de serviços do sistema	(56.184)	-	-	-	-	(56.184)	(124.627)	-	-	-	-	(124.627)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo	-	-	-	-	-	-	3.264	-	-	-	-	3.264
Depreciação e amortização	(131.611)	-	(5.328)	-	-	(136.939)	(106.716)	-	(3.420)	-	-	(110.136)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	3.872	-	3.872	-	-	-	(154.190)	-	(154.190)
Perda de recebíveis de clientes	-	-	-	(23.198)	-	(23.198)	-	-	-	(30.254)	-	(30.254)
Custo de construção	(387.385)	-	-	-	-	(387.385)	(367.420)	-	-	-	-	(367.420)
Provisão para processos judiciais e outros	-	-	(37.933)	-	-	(37.933)	-	-	(32.729)	-	-	(32.729)
Receita de multas por impontualidade de clientes	-	-	-	-	18.360	18.360	-	-	-	-	12.785	12.785
Outras receitas (despesas) operacionais	(13.944)	-	(45.863)	-	70	(59.737)	(11.748)	-	(11.818)	-	139	(23.427)
Subtotal	(1.662.342)	(6.645)	(117.342)	(19.326)	18.430	(1.787.225)	(2.165.387)	(4.734)	(61.316)	(184.444)	12.924	(2.402.957)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Nos períodos de nove meses:

	01.01.2022 a 30.09.2022					01.01.2021 a 30.09.2021						
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Outras	Total
Pessoal	(73.093)	-	(35.485)	-	-	(108.578)	(83.818)	-	(26.145)	-	-	(109.963)
Material	(16.392)	-	(3.237)	-	-	(19.629)	(15.398)	-	(444)	-	-	(15.842)
Serviços de terceiros	(391.519)	(16.290)	(42.768)	-	-	(450.577)	(377.686)	(11.802)	(17.722)	-	-	(407.210)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.119.082)	-	-	-	-	(2.119.082)	(2.805.775)	-	-	-	-	(2.805.775)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(539.771)	-	-	-	-	(539.771)	(546.582)	-	-	-	-	(546.582)
Encargos de serviços do sistema	(249.037)	-	-	-	-	(249.037)	(306.151)	-	-	-	-	(306.151)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo	-	-	-	-	-	-	6.242	-	-	-	-	6.242
Depreciação e amortização	(381.693)	-	(16.006)	-	-	(397.699)	(332.752)	-	(10.796)	-	-	(343.548)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(220.868)	-	(220.868)	-	-	-	(385.806)	-	(385.806)
Perda de recebíveis de clientes	-	-	-	(110.043)	-	(110.043)	-	-	-	(119.722)	-	(119.722)
Custo de construção	(1.068.195)	-	-	-	-	(1.068.195)	(825.084)	-	-	-	-	(825.084)
Provisão para processos judiciais e outros	-	-	(95.624)	-	-	(95.624)	-	-	(58.682)	-	-	(58.682)
Receita de multas por impontualidade de clientes	-	-	-	-	71.098	71.098	-	-	-	-	15.145	15.145
Outras receitas (despesas) operacionais	(46.353)	-	(76.597)	-	339	(122.611)	(48.522)	-	(47.866)	-	260	(96.128)
Subtotal	(4.885.135)	(16.290)	(269.717)	(330.911)	71.437	(5.430.616)	(5.335.526)	(11.802)	(161.655)	(505.528)	15.405	(5.999.106)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26.1 Custo do serviço de energia elétrica

	01.07.2022 a 30.09.2022	01.01.2022 a 30.09.2022	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021
Custo com energia elétrica comprada para revenda				
Itaipu Binacional	(167.032)	(460.403)	(192.215)	(564.559)
Enertrade comercializadora de energia S.A.	-	-	(22.232)	(66.332)
CCEE - Câmara de comercialização de energia elétrica	(51.930)	(145.481)	(43.768)	(96.018)
CCEAR's - Contratos de comercialização de energia no ambiente regulado	(335.921)	(1.035.199)	(518.347)	(1.250.441)
Proinfa	(36.242)	(108.725)	(23.102)	(69.307)
Encargo de Energia de Reserva -EER	-	-	58.154	58.154
Eletrobrás termonuclear S/A-Eletronuclear	(33.623)	(112.318)	(23.482)	(72.215)
Cotas de garantia física	(80.903)	(232.880)	(77.047)	(220.479)
Risco hidrológico	(22.264)	(42.242)	(451.048)	(595.550)
Exposição involuntária	-	(5.006)	-	(46.137)
(-) Crédito de PIS e COFINS	40.544	131.171	109.050	244.035
Outros	(30.342)	(107.999)	(48.078)	(126.926)
	(717.713)	(2.119.082)	(1.232.115)	(2.805.775)
Encargos de uso rede de transmissão				
Rede básica	(161.351)	(445.429)	(151.079)	(482.513)
Contratos de uso do sistema de distribuição – CUSD	(60.790)	(177.337)	(53.742)	(145.896)
Encargos de conexão	(11.887)	(36.937)	(3.140)	(38.623)
(-) Crédito de PIS e COFINS	28.860	119.932	50.883	120.450
	(205.168)	(539.771)	(157.078)	(546.582)
Encargos de serviços do sistema				
Encargo do serviço do sistema - ESS	(56.184)	(249.037)	(124.627)	(306.151)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo	-	-	3.264	6.242
	(56.184)	(249.037)	(121.363)	(299.909)
Total	(979.065)	(2.907.890)	(1.510.556)	(3.652.266)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Resultado financeiro

	01.07.2022 a 30.09.2022	01.01.2022 a 30.09.2022	Reapresentado	
			01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021
Receitas financeiras				
Renda de aplicação financeira	2.033	15.107	6.628	9.434
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	11.919	42.601	11.738	28.107
Variação Cambial	1.039	3.388	150	839
Variação cambial de dívida	78.114	465.298	53.256	378.612
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	11	46	182.121	464.490
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	-	-	-	4.213
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	-	-	81	4.987
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	14.410	58.312	6.328	16.751
Juros fundo de pensão	443	1.329	-	-
Outras receitas financeiras	9.303	25.078	(1.388)	5.283
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(1.862)	(6.824)	(1.070)	(2.815)
Subtotal	115.410	604.335	257.844	909.901
Despesas financeiras				
Variação cambial	(105)	(910)	(1.207)	(5.978)
Variação cambial de dívidas	(50)	(50)	(185.654)	(468.014)
Dívida - Marcação a mercado	-	-	-	(2.158)
Encargos de dívidas	(2.003)	(9.393)	(11.835)	(43.074)
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	(10.391)	(23.967)	(2.639)	(19.142)
Juros debêntures	-	-	(13.289)	(26.985)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	(48.565)	(119.044)	(17.463)	(56.549)
Encargos fundo de pensão	(6.705)	(20.114)	(9.731)	(29.192)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	(78.097)	(465.318)	(53.245)	(378.619)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	(108.855)	(280.974)	(18.909)	(27.877)
Encargos de mútuos	(96.705)	(258.568)	(38.737)	(81.228)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	54	209	117	395
IOF/IOC	(463)	(2.120)	(510)	(565)
Apropriação custo de transação	-	-	(81)	(244)
Juros em arrendamento	(801)	(2.124)	(621)	(1.957)
Outras despesas financeiras	(9.086)	(31.383)	(3.947)	(16.822)
Subtotal	(361.772)	(1.213.756)	(357.751)	(1.158.009)
Total do resultado financeiro	(246.362)	(609.421)	(99.907)	(248.108)

28. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Nos trimestres:

a) Composição dos tributos no resultado:

Na rubrica de tributos:

	01.07.2022 a 30.09.2022		01.07.2021 a 30.09.2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Correntes	(3.523)	(1.275)	13.163	4.730
Diferidos	61.311	22.069	(12.740)	(4.589)
Total	57.788	20.794	423	141

b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:

Resultado antes dos tributos

Adições:

Gratificação a administradores	5.334	5.334	4.583	4.583
Perdão de dívida	-	-	945	945
Outras despesas indedutíveis	1.471	1.471	4.196	4.196
Total das adições	6.805	6.805	9.724	9.724

Base de cálculo	(231.045)	(231.045)	(1.571)	(1.571)
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	57.774	20.794	405	141
Complemento de variação cambial não realizada	14	-	18	-
Total da despesa com tributos	57.788	20.794	423	141

Alíquota efetiva	24,30%	8,74%	3,75%	1,25%
-------------------------	---------------	--------------	--------------	--------------

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Nos períodos de nove meses:

a) Composição dos tributos no resultado:

Na rubrica de tributos:

	01.01.2022 a 30.09.2022		01.01.2021 a 30.09.2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Correntes	(91.758)	(33.428)	(74.192)	(26.736)
Diferidos	167.107	60.151	50.921	18.297
Total	75.349	26.723	(23.271)	(8.439)

b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:

Resultado antes dos tributos

Adições:

Gratificação a administradores	14.227	14.227	19.402	19.402
Perdão de dívida	32	32	2.719	2.719
Outras despesas ineditáveis	(800)	(800)	5.614	5.614
Total das adições	13.459	13.459	27.735	27.735

Base de cálculo	(300.378)	(300.378)	32.988	32.988
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
Receita(despesa) com tributos às alíquotas nominais	75.113	27.034	(8.229)	(2.969)
Complemento de variação cambial não realizada	236	(311)	(15.042)	(5.470)
Total da receita(despesa) com tributos	75.349	26.723	(23.271)	(8.439)

Alíquota efetiva **24,01%** **8,51%** **443,00%** **160,65%**

Conforme o artigo 228 do Regulamento do Imposto de Renda, a alíquota do IRPJ é de 15% (quinze por cento) sobre o lucro apurado, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$20/mês.

A seguir a composição dos tributos diferidos:

	Balancos patrimoniais		Resultado		Outros resultados abangentes	
	30.09.2022	31.12.2021	01.01.2022 a 30.09.2022	01.01.2021 a 30.09.2021	01.01.2022 a 30.09.2022	01.01.2021 a 30.09.2021
Tributos diferidos ativos:						
Provisão para processos judiciais e outros	254.071	222.768	31.303	(48.806)	-	-
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	191.151	92.358	98.793	174.230	-	-
Benefício pós-emprego	226.289	220.989	-	-	5.300	(38.162)
Instrumentos financeiros derivativos	200.690	-	200.690	6.172	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - PL	38.150	14.028	-	-	24.123	-
Arrendamento - CPC 06 (R2)	2.108	1.790	318	(273)	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	153.976	208.078	(54.102)	(43.263)	-	-
Outras provisões	41.286	38.069	3.215	13.708	-	-
Total dos diferidos ativos	1.107.721	798.080	280.217	101.768	29.423	(38.162)
Tributos diferidos passivos:						
Ativo indenizável (concessão)	(582.870)	(521.007)	(61.863)	(105.362)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	(8.904)	8.904	72.812	-	6.899
Total dos diferidos passivos	(582.870)	(529.911)	(52.959)	(32.550)	-	6.899
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos	524.851	268.169	227.258	69.218	29.423	(31.263)

Conforme orientação publicada pelo IBRACON em circular 09/21 e decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do Tema nº 962, a Companhia constituiu o montante de R\$ 57.426 de ativo a recuperar de IRPJ e CSLL sobre os efeitos da atualização pela selic dos débitos tributários. A Companhia possui ação judicial própria em andamento. O referido montante compõe parte do saldo de prejuízo fiscal e base negativa em 30 de setembro de 2022.

A Companhia estima que os saldos em 30 de setembro de 2022, referentes aos impostos diferidos ativos, serão

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos, e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação aos exercícios anteriores.

29. Objetivos e políticas para a gestão de riscos financeiros

Considerações gerais

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão do Rio de Janeiro. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios.

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

29.1 Instrumentos financeiros

29.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

			30.09.2022		31.12.2021	
Rúbrica	Categoria	Nível*	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	2	92.705	92.705	240.971	240.971
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	125.411	125.411	116.718	116.718
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	Custo amortizado	2	2.060.208	2.060.208	2.096.634	2.096.634
Ativos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	144.192	144.192	406.861	406.861
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	8.572	8.572	58.250	58.250
Ativo indenizável (concessão)	Valor justo por meio de resultado	3	6.236.347	6.236.347	5.287.315	5.287.315
Total do ativo			8.667.435	8.667.435	8.206.749	8.206.749
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	2.333.967	2.267.798	2.847.018	2.879.278
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Custo amortizado	2	2.673.762	2.388.592	3.129.013	2.658.421
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	711.043	711.043	73.316	73.316
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	38.013	38.013	41.519	41.519
Passivos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	87.842	87.842	-	-
Fornecedores	Custo amortizado	2	1.200.358	1.200.358	1.358.499	1.358.499
Total do passivo			7.044.985	6.693.646	7.449.365	7.011.033

* Conforme detalhado na nota explicativa 29.1.2 Hierarquia do valor justo

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As aplicações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “expertise” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo.

Os contratos em aberto em 30 de setembro de 2022 são os seguintes:

Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Categoria	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
BNP PARIBAS S.A II	23/12/2020	23/12/2022	Cash Flow	USD + 1,63%aa	CDI + 0,79% aa	199.999
SCOTIABANK S.A III	01/02/2021	03/02/2025	Cash Flow	USD + 1,3930%aa	CDI + 1,48% aa	200.000
SCOTIABANK S.A IV	26/02/2021	26/02/2025	Cash Flow	USD + 1,3930%aa	CDI + 1,48% aa	120.000
CREDIT AGRICOLE	28/06/2021	03/07/2023	Cash Flow	EUR + 1,29%aa	CDI + 1,53% aa	294.500
HSBC BANK	08/07/2021	10/07/2023	Cash Flow	EUR + 1,29%aa	CDI + 1,66% aa	299.800
ITAÚ S.A.	03/09/2021	03/09/2024	Cash Flow	EUR + 1,53%aa	CDI + 1,79% aa	306.765
HSBC BANK II	13/10/2021	14/10/2024	Cash Flow	EUR + 1,59%aa	CDI + 1,77% aa	257.600
Bradesco	14/12/2021	16/12/2024	Cash Flow	EUR + 1,65%aa	CDI + 1,78% aa	347.881
BNP PARIBAS S.A III	28/12/2021	31/12/2022	Cash Flow	EUR + 1,06%aa	CDI + 1,23% aa	1.025.952
						3.052.497

A movimentação é como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Derivativos
Saldos em 31 de dezembro de 2020	333.416
Juros SWAP	(22.891)
Variação cambial SWAP	85.871
Marcação a mercado no resultado	4.212
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(20.291)
Pagamentos de juros	(1.831)
Recebimentos Principal	(362.881)
Saldos em 30 de setembro de 2021	15.605
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(15.066)
Juros SWAP	(280.974)
Variação cambial SWAP	(465.272)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(70.949)
Recebimentos de juros	129.790
Saldos em 30 de setembro de 2022	(702.471)
Total Ativo	8.572
Total Passivo	711.043
Saldo Líquido	(702.471)

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (swap) de 30 de setembro de 2022 estão dispostos a seguir:

Contraparte	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Outros resultados abrangentes	Resultado Financeiro
BNP PARIBAS S.A II	1.939	4.804	(2.865)	-
SCOTIABANK S.A III	(28.680)	(5.398)	(23.282)	1
SCOTIABANK S.A IV	(16.475)	(2.109)	(14.366)	2
CREDIT AGRICOLE	(47.952)	(44.976)	(2.976)	3
HSBC BANK	(52.946)	(45.322)	(7.624)	4
ITAÚ S.A.	(65.654)	(46.179)	(19.475)	5
HSBC BANK II	(92.215)	(75.621)	(16.594)	6
Bradesco	(115.724)	(96.762)	(18.962)	7
BNP PARIBAS S.A III	(284.764)	(278.701)	(6.063)	8
Total	(702.471)	(590.264)	(112.207)	36

As operações descritas acima se qualificam para *hedge accounting* e estão classificadas como (i) hedge de fluxo de caixa, para as operações de troca de moeda com taxas flutuantes e de taxas flutuantes para fixa (ii) hedge de valor justo para a operação de troca de taxas flutuantes e taxa fixa para flutuante. São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A estimativa de valor justo das operações de swap foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 30 de setembro de 2022.

(i) Hedge de fluxo de caixa

A parcela altamente eficaz do hedge de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A parcela não efetiva do hedge é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variação cambial da operação, se aplicável.

Para cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de hedge de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue: os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito anteriormente.

(ii) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. O ganho ou perda relacionado é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras", bem como as variações no valor justo dos empréstimos.

Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos), uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

(iii) Sumário da posição dos contratos

Os contratos com instrumento financeiro derivativo em aberto em 30 de setembro de 2022 estão demonstrados acima.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva marcadas à mercado no balanço patrimonial. Os valores da dívida líquidos da posição do hedge estão demonstrados a seguir:

Dívida	Taxa de juros contratual a.a.	Posição em 30.09.2022	Categoria
		Total	
BNP PARIBAS 4131 II	USD + 1,63%	212.384	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,63%	(209.396)	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	100% CDI + 0,79%	207.456	Cash Flow
		210.444	
SCOTIABANK 4131 III	USD + 1,393%	199.406	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,393%	(177.574)	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,48%	206.254	Cash Flow
		228.086	
SCOTIABANK 4131 IV	USD + 1,393%	119.533	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,393%	(106.155)	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,48%	122.629	Cash Flow
		136.007	
EFI - Credit Agreement III 50 MEUR	EUR + 1,29%	260.299	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	EUR + 1,29%	(258.864)	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,53%	306.816	Cash Flow
		308.251	
EFI - Credit Agreement IV 50 MEUR	EUR + 1,29%	264.689	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	EUR + 1,29%	(256.976)	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,66%	309.922	Cash Flow
		317.635	
EFI - Credit Agreement V 50 MEUR	EUR + 1,53%	263.784	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	EUR + 1,53%	(249.191)	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,79%	314.845	Cash Flow
		329.438	
EFI - Credit Agreement VI 40 MEUR	EUR + 1,59%	214.392	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	EUR + 1,59%	(202.679)	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,77%	294.894	Cash Flow
		306.607	
EFI - Credit Agreement VII 55 MEUR	EUR + 1,65%	289.182	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	EUR + 1,65%	(275.809)	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,78%	391.533	Cash Flow
		404.906	
EFI - Credit Agreement VIII 160 MEUR	EUR + 1,06%	850.093	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	EUR + 1,06%	(844.630)	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,23%	1.129.396	Cash Flow
		1.134.859	

A diferença entre o valor na curva (*accrua*) e o valor justo se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de swap na curva é calculado pelo valor do principal mais juros até 30 de setembro de 2022, o saldo do swap a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo CDI futuro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29.1.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

29.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controles Internos e de Gestão de Riscos (SCIGR) definido no nível da *Holding* (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de riscos por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas etc., que serão aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para isso, existe uma política específica de controle e gestão de riscos dentro da Empresa, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, observando e aplicando os requisitos locais em termos de cultura de risco.

Cabe destacar que, a política de controle e gestão de riscos complementa outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios da Companhia, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política de controle de risco de *commodities*, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro e política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros) e política de mudanças climáticas.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros; estratégicos; governança e cultura; tecnologia digital, *compliance*, operacional, e 38 subcategorias de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar seus riscos:

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela área de Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

O sistema de gestão de riscos do Grupo Enel considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as Unidades de Negócios e Controles Internos são a primeira linha de defesa, a área de Gestão de Riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três "linhas" desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a alta administração é informada pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração (Diretores) por sua vez pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de Gestão de Riscos possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar, avaliar de forma a quantificar a probabilidade e o impacto, dentro da fase de avaliação de riscos, bem como o tratamento deles, através da definição de ações de mitigação com seus respectivos planos de ação em conjunto com as áreas e *Risk Owners* como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de gestão de riscos com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional no qual o risco se origina, também é responsável pela identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e (iv) ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 30 de setembro de 2022 é:

	Nota	30.09.2022	31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa	b.1.1	92.705	240.971
Títulos e valores mobiliários	b.1.1	125.411	116.718
Instrumentos financeiros derivativos	b.1.1	(702.471)	(15.066)
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	b.1.2	2.060.208	2.096.634
Ativos financeiros setoriais	b.1.3	144.192	406.861
Ativo indenizável (concessão)	b.1.3	6.236.347	5.287.315
		7.956.392	8.133.433

Os saldos apresentados anteriormente estão líquidos das respectivas perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa (nota 7).

(b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com as variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Em 30 de setembro de 2022, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência Standard & Poor's (escala nacional):

Equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	30.09.2022	31.12.2021
AAA	203.128	346.311
AA+	3.018	4.855
AA	1.711	812
Total geral	207.857	351.978

Instrumentos Financeiros Derivativos	30.09.2022	31.12.2021
AA-	(702.471)	(15.066)
Total geral	(702.471)	(15.066)

(b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via "SMS", e-mail e "URA" (Unidade de Resposta Audível). Adicionalmente, foi lançado o portal de negociação e realização de negociações através de feirões e do *call center*.

(b.1.3) Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetutados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

(b.1.4) Operação com instrumento derivativo

A Companhia aplica o risco de crédito para todas as operações de swap vigentes, que é calculado individualmente por banco e por Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b.2) Gerenciamento de Capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo:

	30.09.2022	31.12.2021
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	5.007.729	5.976.031
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 29)	702.471	15.066
Dívida	5.710.200	5.991.097
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(92.705)	(240.971)
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	(125.411)	(116.718)
Dívida líquida (a)	5.492.084	5.633.408
Patrimônio líquido (b)	4.749.897	3.712.964
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	54%	60%

O índice de endividamento em 30 de setembro de 2022 é de 54% (60% em 31 de dezembro de 2021), calculado pela razão entre a dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 30 de setembro de 2022 é de R\$ 80.000.

Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho Nº 2.979/2018, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 1.700.000.

Com uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou a ampliação do limite de mútuo em R\$ 1.000.000 e R\$ 600.000, através do despacho Nº 1.923 de 01 de julho de 2020, o qual passou a R\$ 3.300.000. Recentemente, esse limite foi ampliado em mais R\$ 2.500.000, por meio do despacho de 26 de novembro de 2021, totalizando R\$ 5.800.000. dos quais em 30 de setembro de 2022, estavam disponíveis R\$ 1.231.058.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia também possui limite de mútuo com as mutuantes CDSA e Enel CIEN aprovado pela ANEEL, por meio do despacho Nº 647/2021, no valor de até R\$ 500.000.

Os créditos com a controladora Enel Brasil no montante de R\$ 1.241.561, possuem exigibilidade flexível, podendo ser renegociado por prazo suficiente até que a Companhia demonstre capacidade financeira para liquidar essas dívidas sem comprometer seus índices de endividamento e capacidade de pagamento.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos e financiamentos da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
30 de setembro de 2022					
Fornecedores	1.200.358	-	-	-	1.200.358
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	3.988	1.071.306	542.152	1.105.832	2.723.278
Empréstimos e Financiamentos Partes Relacionadas	-	1.375.621	268.533	891.762	2.535.916
Instrumentos financeiros derivativos - recebimentos	30.449	360.150	241.251	435.129	1.066.979
Obrigações por arrendamento	-	14.717	6.553	16.743	38.013
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	77.771	-	-	77.771
Total	1.234.795	2.899.565	1.058.489	2.449.466	7.642.315

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Riscos de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia possuía 91,91% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI).

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	30.09.2022	%	31.12.2021	%
Selic	16.822	8,09%	20.167	5,73%
CDI	191.035	91,91%	331.811	94,27%
Total	207.857	100,00%	351.978	100,00%

Ativo Financeiro Indenizável	30.09.2022	%	31.12.2021	%
IPCA	6.236.347	100%	5.287.315	100%
Total	6.236.347	100%	5.287.315	100%

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos	30.09.2022	%	31.12.2021	%
Taxa fixa	97.998	1,72%	619.722	10,34%
CDI	5.612.202	98,28%	5.371.375	89,66%
Total	5.710.200	100,00%	5.991.097	100%

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (cambio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos das dívidas da Companhia em 30 de setembro de 2022 estabelecida por meio da projeção das receitas (despesas) financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração/aumento de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Ativos Financeiros	Posição em 30.09.2022	Projeção receitas financeiras - 01 ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
SELIC		6,60%	9,89%	13,19%	16,49%	19,79%
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	92.705	6.119	9.169	12.228	15.287	18.346
CDI		6,60%	9,89%	13,19%	16,49%	19,79%
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	92.705	6.119	9.169	12.228	15.287	18.346
IPCA		2,54%	3,81%	5,08%	6,35%	7,62%
Ativo indenizável	6.236.347	158.403	237.605	316.806	396.008	475.210
Subtotal	6.421.757	170.641	255.943	341.262	426.582	511.902

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido na nota explicativa nº 18.

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dívidas	Posição em 30.09.2022	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI						
MÚTUO SUBORDINADO I	(232.603)	(4.191)	(6.037)	(7.832)	(9.577)	(11.277)
MÚTUO ENEL BRASIL 54	(104.073)	(2.322)	(3.149)	(3.953)	(4.735)	(5.497)
MÚTUO ENEL BRASIL 55	(904.884)	(20.123)	(27.315)	(34.305)	(41.105)	(47.725)
EFI - Credit Agreement	(840.146)	(67.145)	(93.626)	(119.370)	(144.418)	(168.809)
EFI - Credit Agreement II 230MBRL	(246.749)	(11.074)	(15.644)	(20.085)	(24.406)	(28.613)
Swap						
BNP PARIBAS 4131 II	(212.384)	36.549	15.909	835	(11.108)	(21.032)
BNP PARIBAS 4131 II - SWAP PA	209.396	(36.035)	(15.685)	(824)	10.952	20.736
BNP PARIBAS 4131 II - SWAP PP	(207.456)	(3.852)	(5.499)	(7.100)	(8.657)	(10.173)
SCOTIABANK 4131 III	(199.406)	118.948	40.802	(16.266)	(61.484)	(99.059)
SCOTIABANK 4131 III - SWAP PA	177.574	(105.925)	(36.335)	14.486	54.753	88.214
SCOTIABANK 4131 III - SWAP PP	(206.254)	(16.624)	(23.125)	(29.445)	(35.595)	(41.583)
SCOTIABANK 4131 IV	(119.533)	71.303	24.459	(9.751)	(36.856)	(59.380)
SCOTIABANK 4131 IV - SWAP PA	106.155	(63.323)	(21.721)	8.660	32.731	52.735
SCOTIABANK 4131 IV - SWAP PP	(122.629)	(9.884)	(13.749)	(17.507)	(21.163)	(24.724)
EFI - Credit Agreement III 50 MEUR	(260.299)	-	-	4.712	(44.055)	(84.580)
EFI - Credit Agreement III 50MEUR - SWAP PA	258.864	-	-	(4.686)	43.813	84.114
EFI - Credit Agreement III 50MEUR - SWAP PP	(306.816)	(20.811)	(28.907)	(36.775)	(44.431)	(51.885)
EFI - Credit Agreement IV 50 MEUR	(264.689)	-	-	4.792	(44.798)	(86.007)
EFI - Credit Agreement IV 50MEUR - SWAP PA	256.976	-	-	(4.652)	43.493	83.501
EFI - Credit Agreement IV 50MEUR - SWAP PP	(309.922)	(21.368)	(29.546)	(37.495)	(45.229)	(52.759)
EFI - Credit Agreement V 50 MEUR	(263.784)	-	-	(354)	(59.773)	(109.149)
EFI - Credit Agreement V 50MEUR - SWAP PA	249.191	-	-	335	56.467	103.111
EFI - Credit Agreement V 50MEUR - SWAP PP	(314.845)	(26.343)	(36.269)	(45.920)	(55.310)	(64.453)
EFI - Credit Agreement VI 40 MEUR	(214.392)	-	-	(412)	(48.708)	(88.840)
EFI - Credit Agreement VI 40MEUR - SWAP PA	202.679	-	-	390	46.047	83.987
EFI - Credit Agreement VI 40MEUR - SWAP PP	(294.894)	(24.615)	(33.913)	(42.951)	(51.746)	(60.310)
EFI - Credit Agreement VII 55 MEUR	(289.182)	194.083	81.497	(724)	(65.870)	(120.005)
EFI - Credit Agreement VII 55MEUR - SWAP PA	275.809	(185.108)	(77.728)	690	62.824	114.456
EFI - Credit Agreement VII 55MEUR - SWAP PP	(391.533)	(32.720)	(45.065)	(57.066)	(68.743)	(80.113)
EFI - Credit Agreement VIII 160 MEUR	(850.093)	176.113	94.522	34.938	(12.273)	(51.505)
EFI - Credit Agreement VIII 160MEUR - SWAP PA	844.630	(174.981)	(93.915)	(34.713)	12.194	51.174
EFI - Credit Agreement VIII 160MEUR - SWAP PP	(1.129.395)	(22.209)	(31.178)	(39.895)	(48.375)	(56.631)
Subtotal	(5.704.687)	(251.657)	(381.217)	(502.243)	(625.141)	(742.081)
Total da exposição líquida	717.070	(81.016)	(125.274)	(160.981)	(198.559)	(230.179)

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

(b.4.2) Risco de câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para a Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a estas moedas. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas à moeda estrangeira possuem contratos de swap. A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 30 de setembro de 2022 (em reais).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos em moeda estrangeira	30.09.2022
Empréstimos e Financiamento	2.673.762
Exposição Patrimonial	2.673.762
Ponta Ativa - Instrumentos Financeiros	(2.581.274)
Exposição Cambial Total	92.488

A Companhia também está exposta ao risco de variação cambial temporal, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial).

Exposição às taxas de câmbio	Moeda estrangeira	30.09.2022
Fornecedores (Itaipu)	19.539	105.641
Passivo líquido exposto	19.539	105.641

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

(b.4.3) Risco de preço Regulação

Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa Aneel nº 1.003, de 1º de fevereiro de 2022), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostas pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Outros riscos

(c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

30. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 798.299 em 2022, R\$ 3.070.338 em 2023, R\$ 3.148.988 em 2024, R\$ 3.148.368 em 2025 e R\$ 48.947.914 após 2025.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente ao período findo em 30 de setembro de 2022 que foram homologados pela ANEEL.

31. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Enel. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

As especificações por modalidade de risco, estão demonstradas a seguir:

Bens segurados	Riscos cobertos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
		De	Até		
Patrimonial (i)	Riscos operacionais	31/10/2021	31/10/2022	R\$ 1.700.580	R\$ 6.569.700
-	Responsabilidade civil geral	31/10/2021	31/10/2022	-	R\$ 112.814
-	Responsabilidade civil de administradores	10/11/2021	10/11/2022	-	R\$ 82.725
-	Riscos ambientais	31/10/2021	31/10/2022	-	R\$ 131.934
-	Frota	30/07/2021	30/07/2022	-	R\$ 1.000

32. Informações complementares às demonstrações dos fluxos de caixa

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

	30.09.2022	30.09.2021
Compensação CDE (nota 20)	25.970	25.969

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições do ativo de contrato).

A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.09.2022	30.09.2021
Pagamentos de juros apresentados nas atividades operacionais	(63.012)	(88.900)
Pagamentos de juros apresentados nas atividades de investimentos (juros capitalizados)	(209)	(395)
	(63.221)	(89.295)

Conciliação das atividades de financiamento:

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

O quadro a seguir, apresenta a conciliação das atividades de financiamento com as respectivas notas explicativas:

Efeito caixa			Nota explicativa	
Demonstrações do fluxo de caixa	30.09.2022	30.09.2021	Nº	Descrição
Atividades de financiamentos:				
Captação de empréstimos e financiamentos	180.880	1.911.531	18	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(888.674)	(1.200.161)	18	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de arrendamento (principal)	(10.947)	(7.402)		
Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)	-	362.881	29	Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	(718.741)	1.066.849		

33. Eventos subsequentes

Em outubro de 2022 foram realizados aportes de capital pela Enel Brasil S.A. conforme detalhamento abaixo:

Aumento de capital	Data	Valor
5º Aporte de capital	10.10.2022	30.000
6º Aporte de capital	13.10.2022	25.000
7º Aporte de capital	14.10.2022	20.000
8º Aporte de capital	17.10.2022	85.000
		160.000